



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGeo)

MARCOS ANTONIO PEREIRA NETO

**Territórios e trajetórias socioespaciais da Comunidade
Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – Tocantins**

GOIÂNIA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Marcos Antonio Pereira Neto

3. Título do trabalho

TERRITÓRIOS E TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA - TOCANTINS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO PEREIRANETO, Discente**, em 02/06/2021, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alecsandro José Prudêncio Ratts, Professor do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2022139** e o código CRC **23E0C5B7**.

MARCOS ANTONIO PEREIRA NETO

Territórios e trajetórias socioespaciais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – Tocantins

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts

GOIÂNIA

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pereira Neto, Marcos Antonio
Territórios e Trajetórias Socioespaciais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - Tocantins [manuscrito] / Marcos Antonio Pereira Neto. - 2021.
103 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras.

1. Trajetórias Socioespaciais. 2. Território. 3. Quilombo. 4. Bandeiras Verdes. 5. Comunidade Quilombola Dona Juscelina. I. Ratts, Alecsandro (Alex) J. P., orient. II. Título.

CDU 911.3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 48/2021 da sessão de Defesa de Dissertação de Marcos Antonio Pereira Neto, que confere o título de Mestre em Geografia, na área de concentração em Natureza e Produção do Espaço.

No sétimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, a partir das 14 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “TERRITÓRIOS E TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA - TOCANTINS”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Alecsandro José Prudêncio Ratts (IESA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Kênia Gonçalves Costa (UFT), membro titular externo; Professor Doutor Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Alecsandro José Prudêncio Ratts, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, no sétimo dia do mês de abril de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Alecsandro José Prudêncio Ratts, Professor do Magistério Superior**, em 07/04/2021, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eguimar Felício Chaveiro, Professor do Magistério Superior**, em 07/04/2021, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kênia Gonçalves Costa, Usuário Externo**, em 07/04/2021, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1982022** e o código CRC **A211EA02**.

À Dona Juscelina e Dona Antonia,
mulheres de trajetórias marcantes. À
todas e todos que migraram em
direção ao poente do sol. Aos meus
avós maternos, que mesmo sem saber
saíram do interior do Maranhão em
direção as Bandeiras Verdes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e pela oportunidade de trilhar essa trajetória para chegar até esse momento, o qual se constitui em mais um aprendizado, não só ao nível acadêmico, mas também um aprendizado de vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) pelo suporte junto à pesquisa, pela excelência estrutural o qual permite a qualificação acadêmica. Aos servidores (docentes, técnicos e terceirizados) que sempre atuaram e atuam na melhoria do ambiente de convívio e aprendizagem.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela cessão de bolsa de mestrado, o qual foi essencial para a fomentação no desenvolvimento da pesquisa e junto às atividades do programa de pós-graduação.

Aos meus pais, Maria Gorete Neres Pereira e Kerlen Rodrigues Neto, pelo apoio e por sempre terem me motivado a buscar o saber, trilhar novos caminhos e traçar novos horizontes. Cada palavra de reconhecimento, de confiança e de força se materializam no processo que remete à construção desta dissertação.

Aos meus irmãos, Wanna Kelly e João Thalyson, pelo companheirismo nesse processo. Aos meus sobrinhos, Hellen Carrolliny, João Netto e Ninna (Shih tzu) pelos momentos de risos e brincadeiras.

À Comunidade Quilombola Dona Juscelina, pela recepção calorosa, a licença para a pesquisa e os aprendizados com a comunidade. À Dona Juscelina, que rompeu barreiras e ultrapassou fronteiras carregando toda sua grandeza como mulher negra. Ao Manoel Filho Borges, pelo apoio na comunidade, pelos intermédios em Muricilândia e pelas interlocuções das histórias vividas da comunidade. À Amária Sousa, que também me ajudou muito na comunidade, com as recepções em sua casa.

Aos meus colegas do PPGeo e do IESA, Juliane Carla, Helena Bernardes, Juliana Mendes, Kássio Samay, Luana Feldmann, Matheus. Aos meus amigos do Laboratório de Gênero Étnico-raciais e Espacialidades (LaGENTE) e do Grupo de Estudos Espaço e Diferença coordenado pelo Professor Alex Ratts, Thais, Josy Dayanny, Felipe Freitas, Gabriel, Evelin Cristina, e demais.

À Raquel Almeida (Kel) e Joedson Nascimento (Jojo), companheiros de turma, de orientador, de grupo de estudos, de laboratório, de passeios e campo. Nós três nos demos apoio um ao outro durante esse processo.

Aos colegas e amigos da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas (NEUZA), em especial a Izarete Oliveira, Paloma Pereira e a Débora Lima pelo o acompanhamento durante a visita ao Morro na cidade de Aragominas.

Aos Professores Eguimar Chaveiro, Eliana Marta e Guilherme Taitson durante a disciplina de Teoria e Método em Geografia. Ao Professor Denis Castilho pela horizontalidade do saber na disciplina de Redes e Produção do Território. Aos Professores Ivanilton de Oliveira e Rusvênia Luiza na disciplina de Ambiente e Apropriação de Regiões do Cerrado. Ao Professor Alex Ratts pela primorosa disciplina de África e Diáspora Africana. Aos Professores avaliadores do Seminário Interno da Pós-graduação em Geografia (SINPGeo), Denis Castilho (UFG) e Marciléia Bispo (UFT) pelas contribuições na avaliação do projeto de pesquisa.

À Professora Kênia Gonçalves Costa e ao Professor Eguimar Chaveiro pelas contribuições na banca de qualificação, que foram essenciais para o término desta dissertação, e pela banca de defesa.

Ao meu Ori-entador, Alex Ratts. Obrigado pelos conselhos e momentos de amizade, pela grande acolhida prestada, pela horizontalidade das orientações, pelas vezes que me fez sorrir, e também pelos pequenos puxões de orelha. Foram momentos de muitos risos e felicidades que continuaremos a compartilhar.

Por fim, agradeço imensamente à Elaine da Silva Sousa (Laine). Minha Pessoa. Mais que uma companheira, na academia e na vida. Nossos momentos que estivemos distantes, pelas horas e horas de ligações, pelo ombro amigo, pelas nossas sessões de terapia, pela escuta, pela fala, e também pelos momentos em que somente um silêncio bastou, à disponibilidade, à acolhida, ao abraço, ao olhar que já me diz muito, obrigado.

*a terra é o meu quilombo, meu espaço é
o meu quilombo. onde eu estou, eu
estou, onde eu estou, eu sou.*

Maria Beatriz Nascimento

[...]

*nas profecias: bandeiras verdes, terras férteis, grandes rios
versões de uma guerra de movimentos e livros
a diferença entre fuga / busca e romaria*

*casos do sagrado e das criaturas migrantes fincados em cruz
desfiados em centenas / milhares de quilômetros*

Alex Ratts

PEREIRA NETO, Marcos Antonio. **Território e Trajetórias Socioespaciais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - Tocantins.** Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. 103 f.

RESUMO

Abordar um tema como trajetórias socioespaciais é adentrar na história de vida e de lugares dos sujeitos envolvidos. Nesta pesquisa abordo as trajetórias socioespaciais e os territórios da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, essas trajetórias são marcos nos espaços vivenciados. O objetivo é identificar e apreender as trajetórias socioespaciais de romeiros e romeiras negras e a formação territorial do quilombo Dona Juscelina em Muricilândia Tocantins entre as décadas de 1950 a 1960, compreender o primeiro movimento migratório de princípio mítico-religioso das Bandeiras Verdes, refletir sobre os deslocamentos de Dona Juscelina como segundo movimento migratório e a formação anterior do quilombo e apreender a dinâmica sociocultural e territorial do Quilombo Dona Juscelina em sua atualidade. Os procedimentos metodológicos consistem na realização de entrevistas semiestruturadas e também análises de vídeos e *lives*, com as quais dei continuidade à pesquisa, seguindo as normas de distanciamento social definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido à pandemia do Coronavírus, utilizo o uso da cartografia para a elaboração dos mapas que espacializa as trajetórias. Nesta perspectiva, algumas questões levam a afirmar que a constituição do território e do quilombo e a sua continuidade, principalmente no aspecto cultural, tem muito a considerar a mobilidade no processo de constituição do quilombo.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetórias Socioespaciais, Território, Quilombo, Bandeiras Verdes, Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

PEREIRA NETO, Marcos Antonio. **Territory and Socio-spatial Trajectories of the Dona Juscelina Quilombola Community in Muricilândia - Tocantins**. Master's Dissertation - Graduate Program in Geography at the Institute for Social and Environmental Studies at the Federal University of Goiás, Goiânia, 2021. 103 p.

ABSTRACT

Approaching a theme as socio-spatial trajectories is to enter the history of lives and places of the subjects involved. In this research I address the socio-spatial trajectories and territories of the Dona Juscelina Quilombola Community, these trajectories are milestones in the spaces experienced. The objective is to identify and apprehend the socio-spatial trajectories of pilgrims and black pilgrims and the territorial formation of the Dona Juscelina Quilombo in Muricilândia Tocantins between the 1950s and 1960s, to understand the first migratory movement of mythical-religious principle of the Green Flags, to reflect on the displacement of Dona Juscelina as the second migratory movement and the previous formation of the Quilombo and apprehending the socio-cultural and territorial dynamics of the Dona Juscelina Quilombo in its present day. The methodological procedures consist of conducting semi-structured interviews and also analyzing videos and live streams, with which I continued the research, following the rules of social distance defined by the World Health Organization (WHO) due to the Coronavirus pandemic, I use the cartography for the elaboration of maps that spatialize the trajectories. In this perspective, some questions lead to affirm that the constitution of the territory and the Quilombo and its continuity, mainly in the cultural aspect, has a lot to consider when it comes to mobility in the constitution process of the Quilombo.

KEYWORDS: Socio-spatial trajectories, Territory, Quilombo, Green Flags, Dona Juscelina Quilombola Community.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACQDJ – Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

Consuni – Conselho Universitário da Universidade Federal do Tocantins

GO – Estado de Goiás

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESA – Instituto de Estudos Socioambientais

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MA – Estado do Maranhão

NEUZA – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas

PPGCult – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território

PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia

SARS-CoV-2 – Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2

Seciju – Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins

SEPLAN-TO – Secretária de Planejamento do Estado do Tocantins

SIG – Sistema de Informações Geográficas

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

TO – Estado do Tocantins

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UNB – Universidade de Brasília

LISTA DE FOTOGRAFIAS E MAPAS

FOTOGRAFIA 1 – A Capela e o Cruzeiro em Aragominas	25
FOTOGRAFIA 2 – Capela e Cruzeiro no alto do morro em Aragominas - Tocantins	33
FOTOGRAFIA 3 – Murici Vermelho ou Murici da Beira d'água	46
FOTOGRAFIA 4 – Dona Juscelina, matriarca do quilombo	51
FOTOGRAFIA 5 – Altar da Dona Juscelina, Bandeira do Divino e tambores	60
FOTOGRAFIA 6 – Casa da matriarca Dona Juscelina e sede da Associação da comunidade quilombola	72

MAPA 01 – Localização do município de Muricilândia.	18
MAPA 02 – Localização do município de Juazeiro do Norte no estado do Ceará	28
MAPA 03 – Trajetórias socioespaciais da Beata Antonia e seus adeptos no Município de Filadélfia em 1952	41
MAPA 04 – Município de Filadélfia em 1956	49
MAPA 05 – Trajetória Socioespacial de migração da matriarca Dona Juscelina (1951-1962)	68
MAPA 06 – Trajetória Socioespacial de romaria da matriarca Dona Juscelina	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I - ROMEIRAS E ROMEIROS DO PADRE CÍCERO E A BUSCA PELAS BANDEIRAS VERDES: O DESLOCAMENTO DA BEATA DONA ANTONIA (1950)	25
A narrativa espacial das Bandeiras Verdes e a busca de um lugar sem local	26
Os romeiros e as romeiras do Padre Cícero rumo ao Santo Cruzeiro no Norte do Tocantins	36
Descida: do morro ao rio	45
II - DO MARANHÃO AO NORTE DE GOIÁS (TOCANTINS): O REPERTÓRIO DE GEOSSÍMBOLOS E LUGARES DE DONA JUSCELINA	51
“O que me trouxe até aqui”: a bagagem cultural e geossímbolos	52
Trajетórias socioespaciais e lugares de Dona Juscelina	62
III – OS SENTIDOS DE QUILOMBO E DE TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA	72
Os sentidos de território no espaço quilombola	73
Os sentidos de quilombo	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	96
ANEXO 1	97
APÊNDICE	98
APÊNDICE 1	99
APÊNDICE 2	101

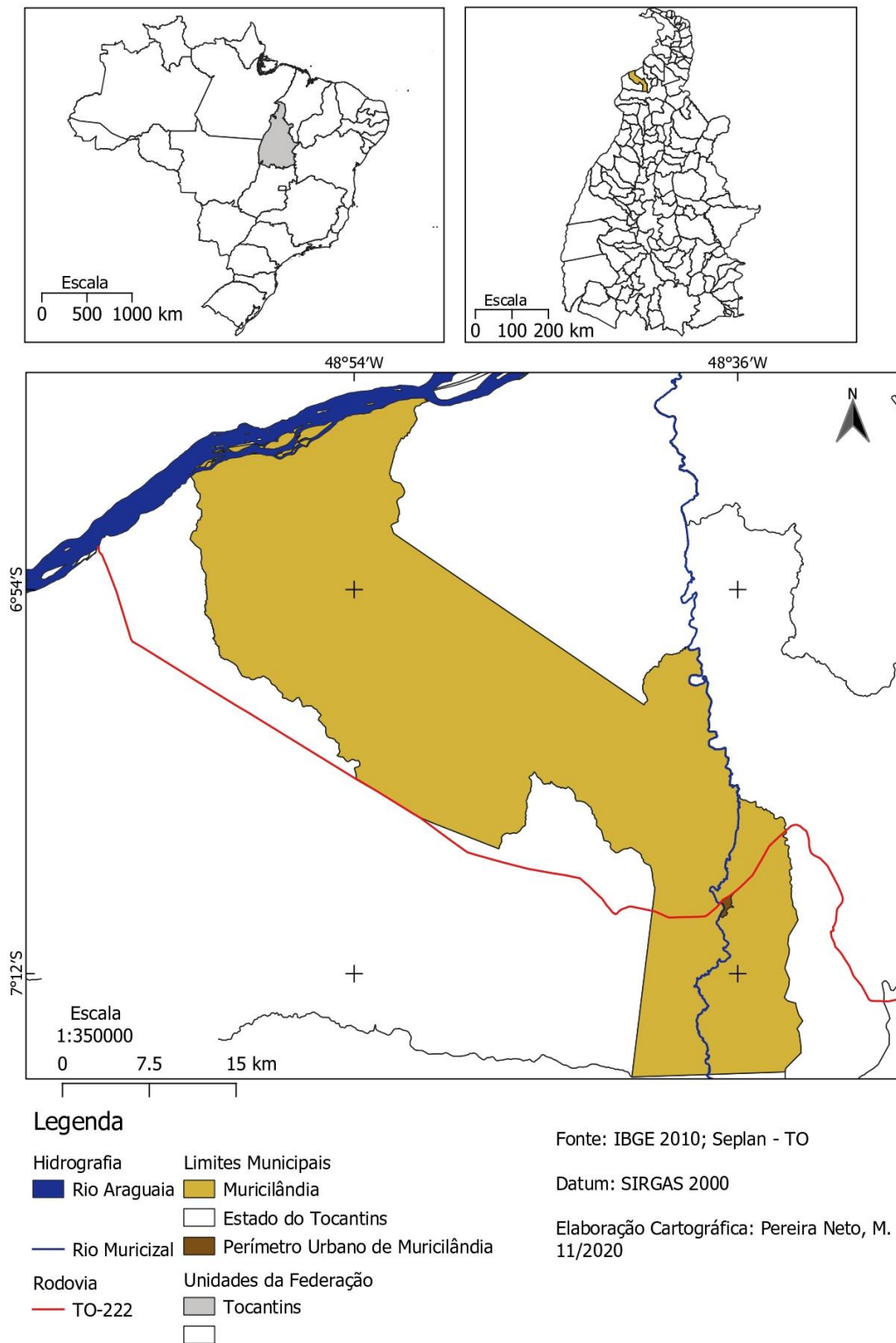
INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, faço uma reflexão a partir das trajetórias socioespaciais apoiada nos territórios e nas territorialidades dos deslocamentos de romeiros e romeiras que vieram em busca de um local tido como destinado por Padre Cícero, denominado de Bandeiras Verdes. Esses romeiros e romeiras constituíram vilas na região que posteriormente se tornaram comunidades e cidades. A cidade de Muricilândia tem seu marco nesse contexto com duas espacialidades e temporalidades importantes: a primeira com a vinda de Dona Antonia Barros de Sousa para o morro do Santo Cruzeiro, na atual Aragominas, com os romeiros e romeiras (1952), e a outra com a vinda de Dona Juscelina para Muricilândia (1962).

Dona Juscelina, oriunda do Maranhão, trouxe uma bagagem cultural herdada de seu tio, que é o festejo da abolição, realizado em maio. Em 2010 a Fundação Cultural Palmares expediu a certificação de comunidade remanescente de quilombo à comunidade quilombola Dona Juscelina. Nesta pesquisa faço uma aproximação dos deslocamentos socioespaciais da formação territorial da comunidade.

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina e a cidade de Muricilândia estão localizadas na porção norte do estado do Tocantins que é margeada pela rodovia regional TO-222 que liga a rodovia BR-153 (Rodovia Transbrasiliana) e a cidade de Araguaína ao rio Araguaia na direção oeste (MAPA 01).

MAPA 01 - Localização do município de Muricilândia.



Fonte: IBGE 2010; Seplan Tocantins. Elaboração cartográfica: Pereira Neto, M. A.

Na segunda metade do século XX, camponeses, romeiros e missionários nordestinos se deslocavam em busca das Bandeiras Verdes, locais de matas amazônica, de preferência as margens dos grandes rios, em busca de locais para moradia e cultivo para subsistência. Esses locais – situados no Pará, no norte do antigo Goiás¹ – eram considerados desocupados – nas bibliografias da profecia não se considera a ocupação indígena - e ideais para sobrevivência longe da seca. Esse movimento tem como principal personalidade Padre Cícero, que segundo relatos alguns romeiros tinham visões com ele que lhes dizia para explorarem essas terras em direção ao sol poente, rumo as Bandeiras Verdes (VIEIRA, 2001).

O processo de ocupação da região dessas comunidades se deu por esse viés, a devoção dos romeiros que buscavam uma “terra prometida”, as Bandeiras Verdes, lugar mítico, portanto sem localização exata, locais onde as matas nunca secam e a água nunca acaba, um lugar inexplorado, ideal para a construção da nova vida destinada por Deus. (VIEIRA, 2012).

É com parte desse movimento migratório comentado por Martins (1997) que são formadas algumas das comunidades quilombolas do norte do estado do Tocantins, como exemplo a Comunidade de Pé do Morro em Aragominas, a Comunidade Dona Juscelina em Muricilândia (aqui estudada) e a Comunidade Cocalinho em Santa Fé do Araguaia. Essas comunidades têm em comum a caminhada em busca do Santo Cruzeiro, local supostamente indicado por Padre Cícero nas visões da beata Antonia Barros de Sousa. Em visões, ela recebeu a missão de levar os romeiros até as Bandeiras Verdes e encontrar o santo cruzeiro em cima de um morro e ali fixar moradia (OLIVEIRA, 2018). É nessa perspectiva que busco entender o processo de formação da comunidade quilombola Dona Juscelina a partir das trajetórias dos movimentos migratórios.

Pude observar diretamente que as migrações espontâneas do Nordeste para a Amazônia, [...], estão motivadas por concepções milenaristas. [...], encontrei diversos grupos de camponeses que chegaram à região inspirados pelas profecias de padre Cícero sobre a existência de um lugar mítico depois da travessia do grande rio. [...]. Esse lugar mítico é reconhecido como o lugar das Bandeiras Verdes, que ninguém sabe dizer

¹ O estado do Tocantins foi criado a partir da divisão do estado de Goiás. No dia 5 de outubro de 1988, a divisão ocorreu por questões administrativas políticas. Isso aconteceu porque a região norte do antigo Goiás, hoje Tocantins, estava esquecida não recebia investimentos dos diversos tipos advindo do estado. (BRITO, 2016).

exatamente o que é nem onde é. Mas seria reconhecido quando fosse encontrado, por ser um lugar de refrigério, de águas abundantes, de terras livres, em contraste com o Nordeste árido e latifundiário (MARTINS, 1997 p. 164).

Assim como em Martins (1997), a Maria Regina Cunha de Toledo Sader (1986) realizou um denso estudo com camponeses no Bico do Papagaio na primeira metade da década de 1980. A autora, em seu trabalho de campo nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins encontrou diversos grupos rurais, negros ou não, que afirmaram estarem ali por conta da profecia das Bandeiras Verdes.

[...] foi nesse momento que ele me disse que estava lá “por conta de uma profecia de Pe. Cícero. Segundo ele, o padre teria dito que quando a situação piorasse, os fiéis deveriam partir, atravessar o grande rio e buscar as Bandeiras Verdes”. Para esse posseiro “o grande rio” era o Tocantins, e as Bandeiras Verdes, as matas (SADER, 1986, p. 106).

Muricilândia tem em sua história, dois movimentos migratórios importantes, o primeiro e inicial é a chegada de Dona Antonia Barros de Sousa, na busca das Bandeiras Verdes, guiada pela fé em padre Cícero, em 1952, e o segundo com a chegada de Dona Juscelina em 1962, com toda bagagem cultural e geossimbólica (BONNEMAISON, 2002) adquirida em sua trajetória. São dois momentos diferentes no espaço-tempo que juntos modificaram o espaço e a cultura a partir de suas mobilidades e territorialidades, formando a cidade e o quilombo.

Segundo relatos quando alguns dos romeiros ao encontrarem o santo cruzado, resolvem descer do morro em direção ao que eles acreditavam ser um rio. Ao chegarem no local, fixaram moradia as margens desse rio, o início de um povoamento que mais tarde viria a ser a cidade de Muricilândia.

A pesquisa é norteada dentro de uma perspectiva que busca compreender as trajetórias socioespaciais da formação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina a partir das mobilidades desde a década de 1950. Tendo em vista este cenário, esta pesquisa se faz por meio de algumas questões norteadoras:

- O processo de deslocamento socioespacial de romeiras/os de Padre Cícero em busca das Bandeiras Verdes no Norte do Tocantins (1940 – 1960);

- Os repertórios de lugares de passagem e de estadia e de afetividades na trajetória das/os romeiras/os;
- Os sentidos de quilombo.

Durante minha trajetória acadêmica no curso de licenciatura em geografia, fui bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica, onde pesquisei as trajetórias socioespaciais dos/das estudantes quilombolas da Universidade Federal do Tocantins no campus de Araguaína, e foi trabalho que apresentei ao colegiado como Trabalho de Conclusão de Curso. No trabalho de campo e nas entrevistas realizadas com os acadêmicos/as quilombolas, deparei-me com interlocutores/as da Comunidade Quilombola Dona Juscelina e pude observar o processo de constituição da cidade de Muricilândia e do quilombo.

Pesquisas realizadas com a comunidade, como a de Izarete Oliveira sobre os *Territórios e as Territorialidades nos Limites do Rural e Urbano* (2018) e a de Katiane da Silva Santos sobre os aspectos culturais da *Festa do 13 de maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina* (2018) apontam os aspectos territoriais e de territorialidades. Não se tem referências escritas de como essas pessoas chegaram até Muricilândia e os deslocamentos de Dona Antonia, dos/as romeiros/as e de Dona Juscelina, o que me indagou sobre essas trajetórias.

Tenho como objetivo geral identificar e apreender as trajetórias socioespaciais de romeiros e romeiras negras e a formação territorial do quilombo Dona Juscelina em Muricilândia Tocantins entre as décadas de 1950 e 1960. E os objetivos específicos da pesquisa são:

- Compreender o primeiro movimento migratório de princípio mítico-religioso das Bandeiras Verdes;
- Refletir sobre os deslocamentos de Dona Juscelina como segundo movimento migratório e a formação anterior do quilombo;
- Apreender as dinâmicas socioculturais e territoriais do Quilombo Dona Juscelina em sua atualidade.

Diante dos objetivos, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, e como etapas metodológicas utilizei de levantamento bibliográfico; trabalho de campo realizando antes do início da pandemia de Covid-19, que permitiu um primeiro contato da pesquisa e do pesquisador com a comunidade; organização e análise dos dados obtidos durante o trabalho de campo sobre as trajetórias de algumas pessoas importantes da comunidade, como a de Dona Juscelina, *lives*, que são gravações de imagem e som transmitidas em tempo real pela internet, as *lives* se tornaram bastantes comuns no período de pandemia de Covid-19. A comunidade participou e organizou *lives*, como exemplo no dia 13 de maio de 2020. No caso da primeira, consultei livros, artigos, dissertações, teses, obras que abordam o tema no âmbito das ciências humanas, especialmente na geografia, ciências sociais e história.

O trabalho de campo *in loco* permitiu a construção de proximidades com a comunidade e a realização das entrevistas. As trajetórias que seguiram das entrevistas foram organizadas com vistas a compor uma cartografia das mobilidades.

Estive algumas vezes na comunidade onde pude realizar um contato inicial com a associação quilombola e algumas pessoas da comunidade. Diante do cenário pandêmico² e a recomendação para o isolamento social o trabalho de campo tornou-se impossibilitado até o final da pesquisa. Utilizei vídeos e *lives* das redes sociais com interlocutores da comunidade como forma de possibilitar a continuidade da pesquisa.

Com o surgir das tecnologias digitais de informação e comunicação, TDIC, pesquisas em diversas áreas do conhecimento modernizaram-se no que diz respeito à captação de informações. Atualmente, um dos aspectos metodológicos mais utilizados em pesquisas é a análise de vídeos (LIMA, 2015).

² No início do ano de 2020 se espalhou pelo mundo um vírus do grupo Coronavírus (Sars-Cov-2) que causa síndrome respiratória aguda grave do Coronavírus 2, também conhecida como Covid-19. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde decretou estado de pandemia e determinou isolamento social em todo o planeta. Para mais informações, acesse: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812

Hoje há uma considerável produção bibliográfica acerca das relações de comunidades quilombolas e as TDIC's, como a internet. Valdirene de Jesus et. all. (2012) realizou um trabalho sobre tecnologias digitais na comunidade Lagoa da Pedra em Arrais, Tocantins, ou a pesquisa de mestrado em comunicação social na UnB de Juliana Nunes (2013) sobre cenários de mobilização e visibilidade a partir da comunicação quilombola realizada na comunidade quilombola Rio dos Macacos no estado da Bahia.

Utilizei de vídeos gravados das *lives* da Comunidade sobre questões quilombolas, territoriais e de cunho social como um todo, a exemplo a *live* realizada pela comunidade no dia 13 de maio de 2020, com a participação da Dona Juscelina, chamada de “matriarca da Comunidade”, em substituição da festa do 13 de maio, realizada todos os anos pela Comunidade quilombola no qual foi impossibilitada neste ano devido ao cenário pandêmico.

Para isso utilizo como suporte, de forma modificada, o procedimento metodológico de Lima (2015) que dividiu o trabalho de análise e transcrição de vídeos para o uso de pesquisa em etapas que vai de uma primeira análise do vídeo passando por sua transcrição até a discussão dos dados do vídeo.

Com as narrativas pessoais, informações e relatos dos vídeos delineei as trajetórias e conseqüentemente realizei uma cartografia dessas trajetórias e a partir delas, utilizando dados e recursos como o Sistema de Informações Geográficas (SIG) e com o uso do software QGis 3.10.

A dissertação está estruturada em três capítulos, nos quais busco desenvolver ideias que respondam os questionamentos e os objetivos. No primeiro – **Romeiras e romeiros do Padre Cícero e a busca pelas Bandeiras Verdes: o deslocamento da beata Dona Antonia (1950)** –, apresento o primeiro movimento migratório de formação socio-territorial da área em estudo, nela apresento os principais personagens, as narrativas espaciais e estudos que tiveram por foco ou se referiram às Bandeiras Verdes, além das falas e trajetórias dos romeiros que se deslocaram em direção ao sol poente. No segundo capítulo – **Do Maranhão ao norte de Goiás (Tocantins): o repertório de geossímbolos e lugares de Dona Juscelina** – apresento aquilo que considero como o segundo

movimento migratório territorial e cultural para Muricilândia, a mobilidade de Dona Juscelina, que é apresentada a partir de seus repertórios de lugares e geossímbolos. No terceiro capítulo – **Os sentidos de quilombo e de território da Comunidade Quilombola Dona Juscelina** – apresento os sentidos de território e de quilombo, na perspectiva teórica de alguns autores e também a concepção de algumas pessoas de referência da comunidade em relação a esses conceitos.



FOTOGRAFIA 1 - A Capela e o Cruzeiro em Aragominas, Tocantins. Fonte: Acervo da Pesquisa.

I - ROMEIRAS E ROMEIROS DO PADRE CÍCERO E A BUSCA PELAS BANDEIRAS VERDES: O DESLOCAMENTO DA BEATA DONA ANTONIA (1950)

Este capítulo tem por objetivo apresentar o primeiro deslocamento em direção as Bandeiras Verdes no viés da devoção a Padre Cicero e busca pelo Santo Cruzeiro liderado pela beata Antonia Barros de Sousa durante a década de 1950 no então norte de Goiás. Tratarei da narrativa espacial das Bandeiras Verdes e a busca deste lugar sem um local específico, mas destinado pelo Padre Cicero. Posteriormente, traçarei as trajetórias dessas romeiras e desses romeiros rumo ao Santo Cruzeiro, e como se deu o processo da formação socio-territorial das comunidades que vieram a tornar-se cidades.

A narrativa espacial das Bandeiras Verdes e a busca de um lugar sem local

No extremo norte do estado de Goiás, atual estado do Tocantins no século XIX a concentração de vilas e de população era exclusivamente na região sudeste, devido à mineração, além dos indígenas do povo Iny que se encontram na ilha do Bananal. Na região norte apenas as cidades de São João das duas Barras na confluência do rio Tocantins com Araguaia e Boa Vista na margem esquerda do rio Tocantins, atual Tocantinópolis (BRITO, 2016), e os povos indígenas como os Karajá Xambioá, os Krahô e os Apinayés, todos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê.

É em 1876 com um pequeno agrupamento nas margens do rio Lontra migrantes oriundos do nordeste brasileiro formam o povoado Livra-nos Deus, atual cidade de Araguaína (IBGE, 2010). Em 1917 é criado o povoado de Filadélfia as margens do rio Tocantins, onde em 1919 é instalado um importante posto fiscal para as navegações que adentravam e saíam do então Goiás. Em 1923 é formado o povoado de Nova Aurora do Coco, atual Babaçulândia. (IBGE, 2010)

É na segunda metade do século XX que vilas e pequenas cidades se tornam um maior número. Deslocamentos de pessoas de outros estados para a região por

diversos motivos, como a construção da rodovia Belém-Brasília da década de 1950, a qual nas palavras da geógrafa Bertha Becker (1982) foi chamada de a primeira grande artéria aberta na Amazônia, que impulsionou a mobilidade de bens e serviços ao norte de Goiás (BRITO, 2016). Outro fator foi a mobilidade de nordestinos que buscavam terras produtivas e livres longe da seca, grande parte destas pessoas também vinham atrás das Bandeiras Verdes como verificado em várias pesquisas que serão apresentadas mais adiantes.

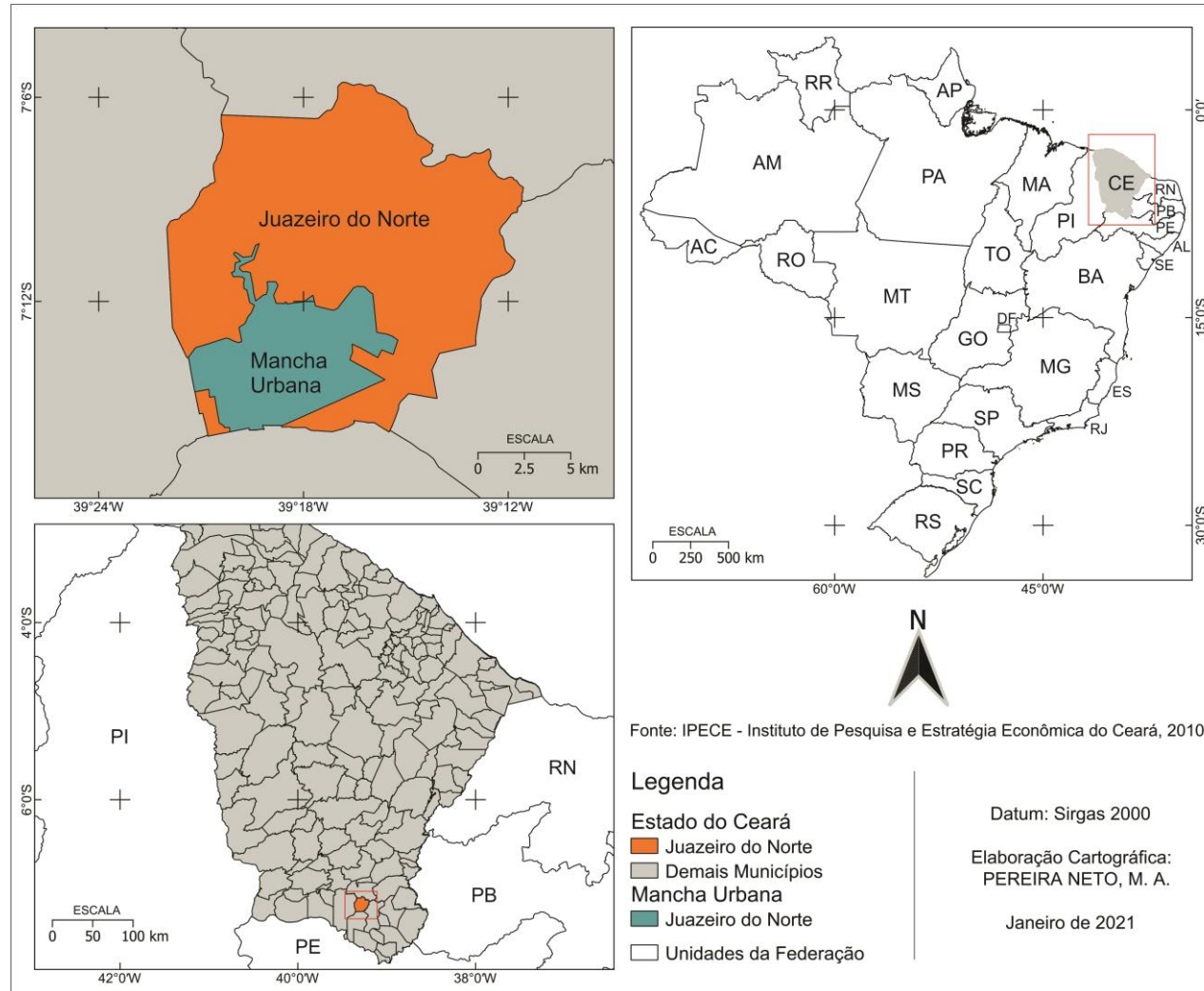
Na segunda metade do século XX se intensifica os movimentos de entrada na mata rumo ao Rio Araguaia, em alguns casos realizando sua travessia. Alguns desses movimentos tiveram como impulso a fé na busca pelas Bandeiras Verdes, uma narrativa espacial que tem como princípio a busca por locais de matas nas proximidades dos grandes rios. Vários pesquisadores desde a década de 1980 encontraram grupos de camponeses que vieram para as atuais regiões do sudeste do Pará, sul do Maranhão e norte do Tocantins em busca da profecia. (VIEIRA, 2001)

As Bandeiras Verdes são as áreas onde há mata, água, lugar para plantar e viver, no entanto, não existe um ponto exato de onde sejam, onde se começa e onde se termina isso me fez pensar nas Bandeiras Verdes como uma narrativa espacial, uma narrativa geográfica, pelo fato da mobilidade, a incerteza do lugar que não é conhecido, ao chegarem se tornam sujeitos espaciais mantendo os aspectos da fé em Padre Cícero e nas Bandeiras Verdes.

Cícero Romão Batista, conhecido como Padre Cícero, nasceu no dia 24 de março de 1844, na cidade do Crato, Ceará. Em 1872 foi designado vigário para o distrito de Juazeiro do Norte no estado do Ceará (MAPA 02), onde ganhou a simpatia dos moradores, passando a exercer grande liderança na comunidade. (RAMOS, 1991)

No ano de 1889, durante uma missa celebrada pelo padre Cícero, a hóstia ministrada pelo sacerdote à religiosa Maria de Araújo se transformou em sangue na boca da religiosa. Segundo relatos, tal fenômeno se repetiu diversas vezes

MAPA 02 - Localização do município de Juazeiro do Norte no estado do Ceará



Fonte: IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2010. Elaboração Cartográfica: PEREIRA NETO, M. A.

durante cerca de dois anos. Logo a notícia do milagre se espalhou e o fato teria se repetido em público, várias vezes. A cidade de Juazeiro passou a receber peregrinos de vários lugares.

O geógrafo Paulo de Oliveira que estudou a memória hierofânica do catolicismo popular sertanejo e sua espacialização em Juazeiro do norte, Ceará, descreve o que ocorre a partir do ato “[...] daquele momento em diante, a localidade não era mais apenas o sítio Joazeiro, mas um território purificado pelo sangue e que permitiria a salvação das almas”. (OLIVEIRA, 2019, p. 121)

Uns diziam que era milagre, outros afirmavam ser embuste. A verdade é que os fenômenos promoveram um forte movimento religioso popular: as romarias. Juazeiro passa a ser um local sagrado para o sertanejo. Juazeiro fica repleto de beatos e beatas, que produzem crenças inspiradas no sangue derramado. Essas crenças giravam em torno da ideia de que o fenômeno era um sinal dos últimos tempos. O homem deveria preparar-se. Podemos interpretar isso como uma forma de esperança dos camponeses oprimidos na chegada de uma intervenção divina que trouxesse uma nova ordem social. (RAMOS, 1991, p. 31)

A pedido de Padre Cícero a diocese formou uma comissão de padres e profissionais da área da saúde para investigar o suposto milagre, e em 1891 a comissão chegou à conclusão de que não havia explicação natural para os fatos ocorridos, e que teria sido, portanto, um milagre. Insatisfeito com o parecer da comissão, o bispo Dom Joaquim José Vieira nomeou uma nova comissão para investigar o caso, a segunda comissão concluiu que não houve milagre, mas sim um embuste. Dom Joaquim se posicionou favorável ao segundo parecer e, com base nele, suspendeu as ordens sacerdotais de padre Cícero e determinou que Maria de Araújo, que viria a morrer em 1914, fosse excomungada (OLIVEIRA, 2019).

Sem poder seguir na carreira religiosa, o prestígio do Padre Cícero só aumentara. Graças ao fluxo de romeiros, Juazeiro tornou-se importante centro artesanal. Em 1911 o distrito foi elevado a município e o Padre Cícero foi nomeado prefeito, realizando várias benfeitorias, abriu várias escolas, entre elas a Escola Normal Rural, construiu várias capelas, estimulou a agricultura e ajudou a população pobre, nos períodos de secas na região.

Aproveitando as condições naturais da região, Pe. Cícero desenvolve um intenso trabalho de orientação aos romeiros no sentido de eles

conseguirem terras para o cultivo. Eram romeiros atraídos pela fama de santidade do padre e os milagres da beata. (RAMOS, 1991, p. 35)

Padre Cícero ajudara muitos romeiros e romeiras, com conselhos e assistência agrícola, em especial, um grupo de camponeses que usufruíam de suas terras numa área chamada de Caldeirão, na cidade de Crato, comandados pelo beato José Lourenço. No Caldeirão, que ficou conhecido como Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, esses camponeses cultivavam à terra, a propriedade era do Padre Cícero, somente tinham direito a produção. Caldeirão ficou reconhecida por abrigar camponeses que fugiam da seca e necessitavam de lugar para viver e plantar seus alimentos. O beato José Lourenço sempre buscava apoio ao Padre Cícero, e o Padre sempre aconselhava os camponeses. (RAMOS, 1991)

A profecia das Bandeiras Verdes é referida ao Padre Cícero, ele teria dito que no fim dos tempos deveriam procurar as Bandeiras Verdes que são as matas amazônicas. Essa crença é compartilhada por camponeses migrantes oriundos do sertão nordestino que vieram para a área, motivados pela fé e pela vontade de ter um lugar para viver melhor (VIEIRA 2001).

Para Maria Antonieta da Costa Vieira (2001) a profecia das Bandeiras Verdes permite ressignificar a ocupação territorial da região do vale do rio Araguaia a partir de referenciais religiosos. Para José de Souza Martins (1997), o final do século XX era o momento de apropriação das terras “não ocupadas ou insuficientemente ocupadas” (p. 132), o que ele denomina de fronteira, e para o autor na América Latina a última grande fronteira é a Amazônia.

Essa profecia foi o incentivo de muitas famílias que se deslocaram até as Bandeiras Verdes. Muitos camponeses do Maranhão, Tocantins e sul do Pará afirmam terem vindo para a Amazônia em busca da profecia (VIEIRA, 2001). Alguns pesquisadores e autores citados abaixo que trabalharam na região fazem alusão a ela.

Maria Regina Sader (1986), em sua pesquisa na região do Bico do Papagaio, no norte do Tocantins, encontrou lavradores que se deslocaram da região nordeste em busca das Bandeiras Verdes. Um deles relatou:

Eu vim atrás das Bandeiras Verdes, que quê dizê as matas... O pessoal tem que procurá as matas... porque daqui pro fim dos séculos o pessoal vai aumentando e vai diminuindo a produção. E a gente tem que escapá as Bandeiras Verdes, que será melhor... (Estêvão, maio de 1983. Entrevista cedida a SADER, 1986, p. 107)

José de Souza Martins (1997) relata ter observado, em suas pesquisas, grupos de camponeses numa extensão de aproximadamente oitocentos quilômetros ao longo do rio Araguaia que migraram em busca das Bandeiras Verdes:

Pude observar diretamente que as migrações espontâneas do Nordeste para a Amazônia, [...], estão motivadas por concepções milenaristas. [...], encontrei diversos grupos de camponeses que chegaram à região inspirados pelas profecias de padre Cícero sobre a existência de um lugar mítico depois da travessia do grande rio. [...]. Esse lugar mítico é reconhecido como o lugar das Bandeiras Verdes, que ninguém sabe dizer exatamente o que é nem onde é. Mas seria reconhecido quando fosse encontrado, por ser um lugar de refrigério, de águas abundantes, de terras livres, em contraste com o Nordeste árido e latifundiário. (Idem, p. 164)

Vieira (2001), em suas pesquisas sobre os movimentos na Amazônia oriental ouviu muitas referências às Bandeiras Verdes, o qual ela denominou de movimentos sócio religiosos. Entre elas a que aqui estudamos, porém, pouco trabalhada pela pesquisadora: “movimentos como o dos Romeiros do Padre Cícero do Pé do Morro em Tocantins.” (p. 147)

José Rodrigues Carvalho (2014) também estudou o território da fé marcado por símbolos de um grupo de camponeses devotos do Senhor do Bonfim em Araguacema, Tocantins. Em seus estudos ficam evidente que a mobilidade dessa comunidade que se iniciou na Bahia, percorrendo os estados do Maranhão, Pará e Tocantins motivado pela narrativa espacial das Bandeiras Verdes, lugar considerado de refrigério com abundância em água.

As Bandeiras Verdes são algo aprendido na infância, ensinado pelos mais velhos, “do tempo dos antigos” (VIEIRA, 2001, p. 147), atribuído aos padres e, em sua maioria a Padre Cícero. Não se tem como afirmar que o Padre Cícero teria efetivamente falado das Bandeiras Verdes. Para Barros (1988, p. 178) o padre tinha uma grande preocupação em relação à fixação do nordestino à terra, ela diz: “Não encontramos qualquer relato escrito ou da memória da população, de que

tenha aconselhado alguém e emigrar para o sul ou para Amazônia.” Há relatos que o Padre Cícero convocava seus romeiros em Juazeiro, Ceará, para trabalhar em mutirões denominados de bandeiras, neste sentido alguns pesquisadores entendem as Bandeiras Verdes como mutirões nas matas, em lugar inexplorado (VIEIRA, 2001).

Padre Cícero, teria aconselhado e dado apoio a alguns beatos no Nordeste que criaram movimentos de agrupamento de romeiros como o beato José Lourenço em Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (1926-1936) na região do Cariri cearense. (RAMOS, 1991). Apesar da procedência histórica, a narrativa espacial se constitui sob a legitimidade do padre Cícero e sua formulação é atribuída a um tempo mítico, o tempo dos antigos.

As Bandeiras Verdes são engendradas como um lugar espacial, natural e social. Elas são definidas por uma direção para onde se deve ir. Ficam a oeste, onde a mata é inexplorada. Seu início é nos grandes rios o qual se acredita serem os rios Tocantins e Araguaia.

Elas surgem no imaginário popular como forma de deslocamento em busca de um local reservado aqueles que creem, ao encontra-la deveriam permanecer lá, pois, no fim dos tempos³ seria o único lugar que restaria vida na terra.

[...] as *Bandeiras Verdes* situam-se num tempo apocalíptico, no *fim dos tempos*. Este é o tempo dos movimentos sócio-religiosos brasileiros denominados milenaristas, messiânicos, havendo na bibliografia sobre eles, referências constantes à escatologia. Considero que esta visão de mundo não se circunscreve aos movimentos, mas faz parte do imaginário popular das populações rurais, especialmente do Norte, nordeste e centro-oeste do país, constituindo-se, para estas, no instrumento privilegiado de interpretação da história. (VIEIRA, 2001, p.153) [grifos do autor]

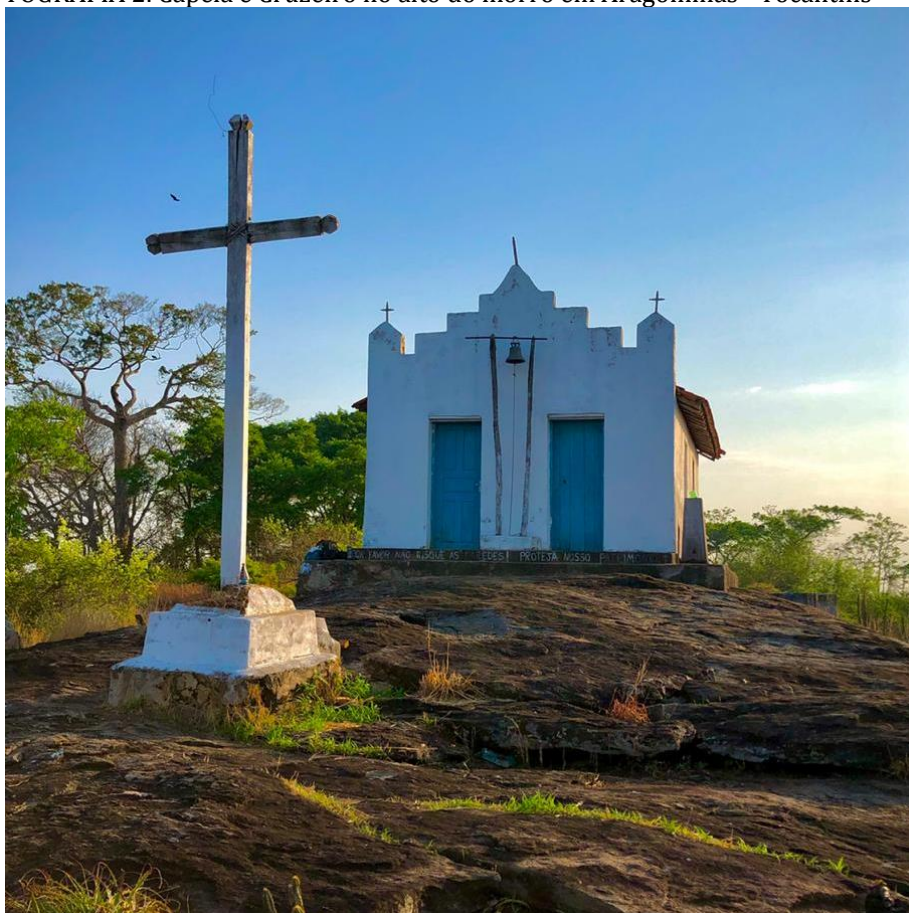
A autora considera que o imaginário do fim dos tempos não seja o motivo dos deslocamentos socioespaciais, ela afirma que esse pensamento está no imaginário popular como interpretação da realidade vivida e como elemento desencadeador de ações. Reitero que os deslocamentos se deram em busca de um

³ A narrativa espacial das Bandeiras Verdes traz consigo sempre uma visão escatológica, que dentro da “cultura bíblica-católica” tem como base o apocalipse, onde ocorrerá o fim dos tempos e somente os “escolhidos serão salvos”. (ver VIEIRA, 2001)

melhor lugar para se viver, tendo a narrativa das Bandeiras Verdes, corroborado como processo.

O deslocamento, a viagem, a romaria são dadas como o caminho da salvação. Elas se localizam na interseção de três planos: temporal, espacial e espiritual. De um lado, a leste, as catástrofes do fim dos tempos, do outro, a oeste, em direção as Bandeiras Verdes, está o ponto final, o caminho da salvação (VIEIRA, 2001).

FOTOGRAFIA 2. Capela e Cruzeiro no alto do morro em Aragominas - Tocantins



Fonte: Acervo da Pesquisa, 2020.

No caso dos romeiros e romeiras do Padre Cícero do Pé do Morro esse deslocamento tem como ponto final a busca pelo Santo Cruzeiro. Vieira (2001) identificou outros romeiros que também fazem menção a outros objetos e acidentes geográficos como os que a Beata Antonia tinha nas visões: “E ele explicava outra coisa também, que nós tínhamos uma ladeira muito alta para subir e caçasse o meio de não escorregar na ladeira [...] e ele dizia, a ladeira é baixa

menino, mas se não fizeres por onde menino, a ladeira é alta.” (Urbano, 88. Entrevista cedida a VIEIRA, 2001, p. 270)

O morro e o santo cruzeiro são parte da busca pelo sagrado. A busca pelas Bandeiras Verdes situa os romeiros e romeiras no tempo e no espaço, espaço em movimento. No entanto, são as práticas religiosas que as orientam, que vão dar forma ao movimento:

A caminhada, assim como a busca interior, vai ao encontro do sagrado. Quando ela é feita de forma **externalizada**, o sagrado aparece contido em objetos, acidentes geográficos, relíquias, localizadas em determinados *lugares*, que se tornam objeto de culto. (VIEIRA, 2001 p. 247) [grifos da autora]

A busca pelo cruzeiro no morro como um símbolo sagrado, o torna lugar, para a geógrafa Zeny Rosendahl: “Os lugares simbólicos são lugares criados pela ocupação humana do espaço e pelo uso de símbolos para transformar aquele espaço em lugar” (ROSENDAHL, 2018, p. 210). Essa busca pelo sagrado é revelada no ato de encontro do cruzeiro no morro, tornando-se objeto de reverência pelos romeiros imediatamente. Foi construída uma capela em cima do morro representando as igrejas de Juazeiro no Ceará, como conta Manoel Filho Borges, historiador, professor da rede básica de ensino do Estado do Tocantins e quilombola de Muricilândia:

No alto do morro sob a sombra de um pé de jatobá, ainda hoje a árvore imponente está lá, a beata Antonia reuniu os homens manda que um deles se encoste à árvore com a face voltada para a direção do sol poente e andasse alguns passos à frente. De repente ela manda que o marcador virasse a oeste e andasse 12 passos, nesse momento ela tira um véu que lhe cobria a cabeça e diz: É aqui. Com um gesto suave ela cobre algo ainda não visualizado por todos, se ajoelha e pede que todos repitam o gesto, lentamente ela levanta o véu e todos visualizam uma pequena cruz de aproximadamente um palmo, desbotada e desgastada pelo tempo cravada na fenda de um lajeiro. Manda que façam uma cobertura sobre a cruz, simbolizando as Igrejas de Juazeiro no Ceará. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em março de 2020).

A soma de valores religiosos e morais que fundam uma cultura se apoia, geralmente, sobre um discurso e, nas sociedades tradicionais, sobre os *corpus* de mitos e de tradições que, por sua vez, explica a organização simbólica dos rituais. (BONNEMAISON, 2002, p. 288)

O morro e o cruzeiro como lugar sagrado apresenta-se com o significado cultural dos indivíduos ou do grupo religioso. “O lugar é ritualmente construído”

(ROSENDAHL, 2018 p. 213). A ligação de fé e afetividade com os símbolos levaram a mobilidade dos romeiros, para Rosendahl “[...] os símbolos ganham maior força e realce quando estão impregnados de afetividade e significação no lugar religioso A representação simbólica existe em si mesma e se materializa no espaço” (ROSENDAHL, 2018 p. 216).

O morro, a capela e o cruzeiro, são os espaços vividos pelos moradores, adeptos e principalmente pelos romeiros, e eles manifestam uma relação de afetividade entre o grupo e a paisagem, que para o geógrafo francês Joël Bonnemaïson parafraseando Gilles Sautter (1979), não pode ser medida por nossos conceitos e discursos academicista:

O espaço vivido constitui um primeiro movimento para uma interrogação mais central, aquela que Sautter (1979) chama de “olhar do habitante”. Para Sautter, entre os homens e suas paisagens existe efetivamente uma convivência secreta, da qual o “discurso racional, científico, dissecador e classificador” não pode dar conta. [...]. A correspondência entre homem e os lugares, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra. (BONNEMAISON, 2002, p. 282-283)

Esse espaço sagrado formado pelo processo de afetividade do lugar com o símbolo e a paisagem, numa abordagem cultural, pode ser analisado como um lugar geossimbólico na perspectiva do geógrafo francês Bonnemaïson (2002). Para esse pesquisador, “o geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma expressão, que por razões religiosas, políticas ou culturais aos olhos de certas pessoas, ou grupos assume uma dimensão simbólica [...]” (p. 292).

No alto do Morro, encontrasse sepultado o Beato Manoel Borges, que segundo os moradores e romeiros, é a mesma pessoa que o Padre Cícero, ou que Padre Cícero teria vindo através dele, afirmam ainda que tudo que pedires a ele lá em cima do morro conquistarás. Essa “geografia sagrada” é induzida pela representação cultural e simbólica dada ao morro e pelo mito, fazendo com que de alguma forma Padre Cícero esteve no local, mesmo encarnado em outra pessoa. A leitura desse mito não pode ser apenas literária, pois o mito também é espacial. O Padre Cícero, a narrativa espacial das Bandeiras Verdes, a mobilidade, o Beato Manoel Borges, que representa para a população a presença do Padre Cícero no

morro, cria o território sagrado geossimbólico, institucionalizado com os símbolos e paisagens do morro, da capela e do cruzeiro.

A geografia dos lugares visitados pelo herói civilizador, o santo ou o guru, ou itinerários que ele percorreu e os locais em que revelou seu poder mágico tecem uma estrutura espacial simbólica, que compõe e cria o território. Essa geografia sagrada dá peso ao “mito fundador”: encarna-o numa terra e revela-o como gesto criador de sociedade. (BONNEMAISON, 2002, p. 288)

Todos os anos no dia dois de novembro, romeiros, fiéis e adeptos sobem o morro para prestar homenagens à Padre Cícero. É comum também no decorrer do ano ter pessoas que subam o morro para pagar penitências. Isso demonstra a afetividade do lugar com o romeiro, “Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares.” (BONNEIMASON, 2002, p. 292) essas expressões de afetividade simbólica com o lugar torna um território cultural do grupo:

O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e ignificações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e de valores. A ideia de território fica então associada à ideia de conservação cultural. (BONNEMAISON, 2002, p. 292-293)

A busca por esse lugar sagrado se dar pela caminhada, uma trajetória que é espacial, mais que também é territorialidade, os lugares, os itinerários fazem e fizeram parte dessa trajetória. A caminhada se dá por um sonho, o sonho da beata com o Padre Cícero e o sonho de encontrar um lugar de refrigério. Procuro a seguir apresentar a mobilidade dos romeiros e romeiras em busca do santo cruzeiro como um percurso espacial, social e espiritual. Traçar as trajetórias do percurso da beata que liderou a romaria e espacializar a partir da cartografia.

Os romeiros e as romeiras do Padre Cícero rumo ao Santo Cruzeiro no Norte do Tocantins

Para compreendermos as temporalidades e as espacialidades de Muricilândia e do quilombo Dona Juscelina precisamos inicialmente entender como se deu o processo de constituição da área em estudo. Para isso é necessário

voltarmos um pouco no tempo e observarmos o processo de mobilidade de algumas pessoas que foram importantes no processo de formação espacial.

A cidade de Muricilândia e a comunidade são constituídas por dois movimentos migratórios distintos temporal e espacialmente. Abordarei neste tópico o primeiro movimento, que liderado pela beata Antonia Barros de Sousa guiada por sua fé conduziu dezenas de romeiros e romeiras até o cruzeiro destinado por Padre Cícero.

Esse processo da construção de Muricilândia e da comunidade (o qual também se coloca a constituição do município de Aragominas) se inicia com o desejo de algumas pessoas juntamente com Dona Antonia de encontrar um lugar que fosse mais propício e ali se estabelecerem, deixando as dificuldades que passavam no Nordeste e encontrando um lugar onde tivessem condições de vivência.

Mas também há nesse contexto o aspecto religioso e mítico, a devoção a Padre Cícero, Manoel Filho Borges conta o que aprendera com seu avô, um dos pioneiros de Muricilândia e com outras pessoas da comunidade:

[...] esse pessoal que veio pra cá, era um pessoal que tinha uma devoção muito grande pelo Padre Cícero, então era um grupo de romeiros, tanto que a líder que os conduzia toma essa iniciativa a partir de visões que ela tinha, a partir do aspecto místico, que vai fazer com que ela reúna o grupo e se aventure em direção a essa região aqui à procura de um cruzeiro, que estaria em cima de um morro. Ela não tinha nem noção de onde era. Mas nas suas visões ela via uma pessoa, e essa pessoa ela vai descrever como sendo o Padre Cícero, então reforça a ligação deles com a religiosidade popular do Nordeste, no caso do Ceará. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em março de 2020)

Existem outros relatos de pessoas que acreditavam em Padre Cícero e nas Bandeiras Verdes que migraram para a direção oeste, seja seguindo a profecia transmitida oralmente pelos mais velhos, ou pela narrativa do fim dos tempos. Essas pessoas estão em diversas cidades do norte e centro-oeste do Tocantins, sul e sudoeste do Pará, e sul do Maranhão. O desejo da mobilidade juntamente com a fé criou a romaria, que para Vieira (2001), é a intenção de se deslocar para um lugar, onde se tem como destino um ponto final.

A considera a “doutora das ervas medicinais da comunidade” e “Griô” quilombola, que na tradição africana são grupos que por meio da música, poesia e da história transmite os acontecimentos passados, e que no Brasil foi adaptado as pessoas mais velhas que contam a história e repassa aos mais jovens (HAMPATÉ BA, 2010), Dona Cícera Vieira de Almeida de 69 anos, relata como ocorreu a vinda de toda sua família saindo do interior do Piauí:

Eu nasci na beira do rio Parnaíba, em Guadalupe [Piauí] de lá começou a trajetória para nós vir morar em Muricilândia. Porque nós viemos morar em Muricilândia? O meu avô trabalhava com o Padre Cícero, e quando foi um dia em cima de um morro ele viu uma bola de nuvem, tipo fumaça, aí ele disse: “Padre Cícero tu tá vendo aquela bola de nuvem” e o Padre disse: “estou, vá e leve toda a sua família, procure a terra das Bandeiras Verdes, lá é a terra das Bandeiras Verdes, porque vai haver uma grande seca e lá é aonde irás encontrar uma poça d’água.” E aí de lá nos viemos todos aqui para Muricilândia, a terra da Bandeira Verde, chegamos aqui vocês não sabem o encanto que era, terra virgem, um rio maravilhoso, muito peixe, muita caça, cheio de vida, muito bom para a gente morar graças a Deus. (Cícera Vieira de Almeida, live realizada em 14 de setembro de 2020⁴)

Pelos relatos daqueles que ouviram as histórias transmitidas pelos antigos, Dona Antonia com sua família e alguns adeptos saíram de Filadélfia, de uma região do interior conhecida como Brejinho, e chegam em Aragominas, ou especificamente ao morro. Porém, nesse percurso eles vêm fazendo paradas sempre orientadas pela beata, assim como toda a rota que era norteadada por ela (MAPA 03).

Ocorre uma série de acontecimentos na trajetória do grupo, já na saída, ainda quando o grupo se organizava eles foram perseguidos politicamente como explica Manoel Filho Borges:

[...] imagine um município perder uma quantidade de pessoas saindo sem perspectiva de retorno, a intenção não era retornar, mas era se estabelecer onde chegassem, então perdeu, o comércio perde, a política perde eleitores, e isso implicou até em demandas policiais, a polícia vindo atrás desse pessoal. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em março de 2020)

⁴ Live intitulada “**Vozes negras do Tocantins**” realizada em 14 de setembro de 2020, com parceria e organização da Universidade Federal do Tocantins, Faculdade Católica Dom Orione, Colégio Santa Cruz, Articulação Nacional de Psicólogas Negras e Pesquisadores e o Conselho Regional de Psicologia da 23^ª região – Tocantins.

A beata Antonia é aconselhada pela polícia local a não levar ninguém além de sua família, porém os chamados de romeiros estavam aguardando a partida da beata para segui-la em direção ao que consideravam lugar de sossego.

As trajetórias socioespaciais do grupo que faz a mobilidade juntamente com a beata é a vida espacializada na cartografia (MAPA 03). A cartografia que aqui utilizo está imbricada entre o uso dos saberes práticos e teóricos para a construção da representação visual a partir de tecnologias de informação e do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Utilizo de uma cartografia que represente as vivências com os lugares numa visão humanista da cartografia. Na visão tradicional, a cartografia separa na representação dos espaços, os agentes e as ações, que são o cerne da transferência dos dados geográficos para o papel. A chamada que é feita na visão mais humanista da cartografia, é criar um diálogo com a tradição cartográfica (teórica, técnica e tecnológica) e as concepções humanistas, as vivências dos grupos e a representação dos lugares (SEEMANN, 2014).

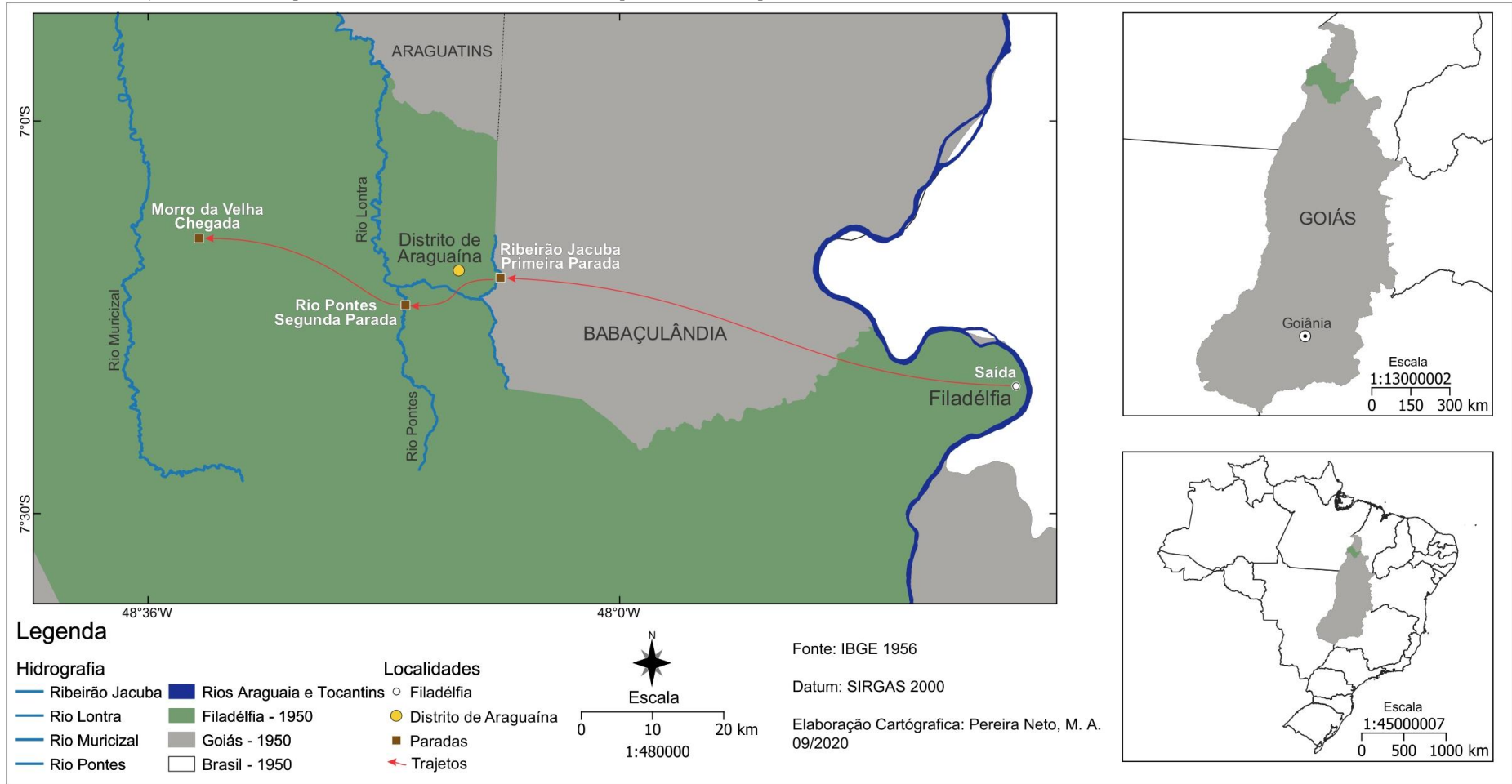
É preciso ir além das medidas, coordenadas e objetos para cartografar lugares e incluir contextos e significados na folha de papel. O desafio é estabelecer um diálogo entre as duas culturas da sociedade moderna, as ciências exatas e as humanidades. Para realmente projetar lugares num mapa, precisamos fundir as duas culturas da cartografia: a tradição científica e a tradição humanista. (SEEMANN, 2014 p. 70)

Para tanto, procuro nessa cartografia representar de forma mais próxima da realidade que me foi possível as trajetórias e as vivências com os lugares, não considero que esteja trazendo uma verdadeira e exclusiva realidade do lugar com um mapa, pois para Seemann (2014), “[...] a melhor representação da realidade é a própria realidade [...]. Mapas representam lugares, mas são apenas abstrações e reduções deles [...]” (p. 79).

Seguindo orientações das autoridades policiais a beata Antonia sai do município de Filadélfia rumo a sua empreitada levando consigo somente sua família. No entanto, uma grande quantidade de romeiros adeptos à sua fé já a aguardava para segui-la.

Quando ela sai o povo vem logo atrás disposto a não mais se separar da beata, segundo relatos do senhor Raimundo Benício era muita gente mesmo que veio acompanhando. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em março de 2020)

MAPA 03 - Trajetórias socioespaciais da Beata Antonia e seus adeptos no Município de Filadélfia em 1952



Fonte: IBGE 1956

Ela faz a sua primeira parada, estada, as margens do ribeirão Jacuba e logo chega uma multidão de simpatizantes dispostos a seguir romaria com ela, rapidamente se instalam e aguardam o fim de um longo período de chuvas pela qual passava a região. É nesse momento que se reúne ao grupo aquele que posteriormente seria um dos principais nomes na história de Muricilândia, o senhor João Francisco de Sousa, conhecido como João Paulino. João Paulino nasceu em 1920 na cidade de Bertolândia, Piauí, Manoel Filho Borges conta um pouco sobre ele:

João Paulino era um exímio tocador de sanfona, após uma decepção familiar deixa Bertolândia e sai para ganhar o mundo como músico tocando nas regiões próximas a sua até chegar nessa região mais distante. É então que fica sabendo das intenções da beata Antonia e resolve juntar-se ao número de seguidores da beata que aliás alguns parentes seu já estavam ali inseridos como romeiros. Cético às intenções da beata João Francisco de Sousa, agora com 32 anos estava ali mais como músico do que como romeiro, talvez por força da juventude que impulsionava suas ações. (Manoel Filho Borges entrevista cedida em março de 2020)

Todo o alvoroço das pessoas que acompanhavam a beata despertou muitos olhares sobre o grupo, inclusive o da Igreja Católica. Ainda no acampamento nas margens do ribeirão Jacuba, o grupo é surpreendido com a chegada de um Padre da missão orionita Congregação Pequena Obra da Divina Providência⁵, também conhecida como Missão Orionita, iniciou-se em 1950 no norte de Goiás na área da então Prelazia de Tocantinópolis, tinha o intuito de ajudar, aconselhar as populações mais pobres e gerir as igrejas. Nesta região em atuação, criaram escolas e hospitais. Hoje somente a cidade de Araguaína e Tocantinópolis contam com a presença Orionita.

Padre Quinto Tonini, um dos Orionitas da Congregação Pequena Obra da Divina Providência, então questiona o que ele chamara de “loucura da velha” e tenta alertar o povo do erro que estavam cometendo ao dar ouvidos aquela mulher (TONINI, 1959). Percebendo que o grupo não abriria mão de estar com a beata Antonia para adentrar a mata Tonini faz o seguinte discurso:

- Preferistes, - disse categórico [Tonini] - a feiticeira ao Evangelho, portanto ficai com ela. Irei embora daqui amanhã. Nenhum padre virá mais aqui, se toda a cidade não se arrepender daquilo que fez. Comigo,

⁵ Sobre a missão Orionita ver Miriam Mendes Costa, 2017.

neste instante, sairá também a imagem do Sagrado Coração. (TONINI, 1959, p. 51)

A romaria em sua origem traz consigo o conflito entre o catolicismo popular que reivindicativa da expressão espontânea da crença, e a hierarquia da igreja que tenta controlá-la. (CARVALHO, 2014). Então, em maio de 1952 após a calmaria do alvoroço da beata com as autoridades católicas, o grupo de romeiros passa pelo povoado de Araguaína onde mais pessoas se juntam a adentrando a mata da bacia do rio Lontra. Devido às intempéries meteorológicas eles avançam pouco, e montam acampamento às margens do rio Pontes, próximo ao importe distrito de Araguaína.

De acordo com o quilombola Manoel Filho Borges, ainda às margens do rio Pontes, chega uma guarnição policial vinda de Filadélfia o qual determina um retorno imediato de todos. Após contestações decidiu-se que somente Dona Antonia com sua família e alguns de seus seguidores retornariam a Filadélfia para dar esclarecimentos. No entanto, grande parte do grupo a acompanhou. Chegando em Filadélfia e se apresentando ao delegado, que já se sentia combalido de continuar combatendo a mobilidade da beata se mostra amistoso, apenas estava ali cumprindo ordens de força maior porem a deixa partir novamente.

Retornando ao acampamento no rio Pontes, a beata começa juntamente com os romeiros um momento espiritual, e em seguida reúne um grupo de homens para começarem a abrir as picadas na mata, sempre sob a orientação que segundo ela era dadas pelo seu guia espiritual Padre Cícero. No fim do dia os picadeiros retornavam e no dia seguinte levantavam acampamento e seguiam até o final da picada onde montavam o acampamento para levantar no dia seguinte.

Então eles chegam no que se considera o morro onde haveria o cruzeiro dito pela beata, como rememora Manoel Filho Borges:

Bom, eles chegam lá no Pé do Morro no dia 27 de julho, se não me falhe a memória, e ficam ali, eles chegam à tardinha, e ficam ali, depois eles sobem o morro. A intenção era encontrar o cruzeiro que estaria em cima do morro, esse povo vinha rezando, vinha cantando, vinha nas paradas sempre movidos pelo aspecto religioso [...]. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em março de 2020)

A subida no morro foi organizada pela Dona Antonia, iniciando com uma reza bem cedo e logo após, vestindo branco, subiram para encontrarem o cruzeiro. Um dos homens que sobe junto é o senhor João Paulino, mas seu propósito era de alguma forma desmascarar a beata, pois era cético. O quilombola Manoel Filho Borges conta o que ouviu de seu avô:

No alto do morro sob a sombra de um pé de jatobá (ainda hoje a árvore imponente está lá) a beata Antonia reúne os homens manda que um deles se encoste à árvore com a face voltada para a direção do sol poente e andasse alguns passos à frente (a distância entre a árvore e o local onde o cruzeiro foi encontrado calcula-se que dê aproximadamente de 30 a 40 passos), com o olhar fixo na beata João Paulino acompanhava a passos contados o grupo na direção determinada, de repente ela manda que o marcador virasse a oeste e andasse 12 passos, nesse momento ela tira um véu que lhe cobria a cabeça e diz: É aqui. Com um gesto suave ela cobre algo ainda não visualizado por todos, se ajoelha e pede que todos repitam o gesto, lentamente ela levanta o véu e todos visualizam uma pequena cruz de aproximadamente um palmo, desbotada e desgastada pelo tempo cravada na fenda de um lajeiro, ela manda que façam uma cobertura sobre a cruz, simbolizando as Igrejas de Juazeiro no Ceará. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em março de 2020)

João Paulino, até em tão cético passara a acreditar em tal fato, queria desmascarar o Santo Cruzeiro e a beata, mas não teve dúvida de que aquilo era autêntico,

[...] ele esperava que a beata tirasse a cruz de algum recipiente nas suas vestes e efetuasse o truque, mas não, a cruz que já estava ali a muito tempo de fato apenas foi coberta com o véu que envolvia a cabeça da beata [...]. Conforme o próprio João Paulino, que em algumas ocasiões contara a mim, foi a partir desse momento que ele se tornara remeio e devoto de Pe. Cícero. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em março de 2020)

Ali começam a ser dividida as terras para que as famílias pudessem viver em paz e sem ambição. Nas proximidades do morro havia pouca água o que deixava alguns pedaços de terras melhores que os outros. Ocorre então algumas pequenas divergências no grupo o que faz o senhor João Paulino se reunir com outros homens e tentar buscar um outro lugar para se estabelecerem. No próximo item trarei como se deu a busca por esse outro lugar, a nova mobilidade baseada na fé e na vontade de possuir um lugar para viver, o cerne de Muricilândia.

Descida: do morro ao rio

O encontro com o morro e o cruzeiro pelos romeiros deu fim à busca pelas Bandeiras Verdes, eles haviam a encontrado. Assim, agraciados pela terra que lhes dariam fartura iniciou-se o processo de divisão da terra pela beata. Segundo o relato de Manuel Filho Borges, quilombola da comunidade, João Francisco de Souza, o qual era chamado de João Paulino, um homem afamado como astuto e curioso, porém até então cético, que somente acreditou na beata ao ver o santo cruzeiro, percebe que a divisão das terras estava ocorrendo de forma desigual.

João Paulino resolve reunir um grupo de pessoas e se aventurar mais adiante na mata, motivado por dois aspectos: o primeiro a água na área do morro não era muita, e o segundo a desigualdade na distribuição das terras o qual lhes gerou descontentamento. No alto do morro eles começam a observar a área pra identificar onde haveria água, uma técnica camponesa como explica Manoel Filho Borges:

[...] lá num lugar mais alto, eles começam a observar essa região aqui pra ver onde teria água, pra você saber onde tem água é só você cedim [ao amanhecer] observar a mata e vê onde tem uma nuvem por cima da mata, ali em baixo tem água né, então eles fazem essa experiência e eles acham aqui e veem pra cá, eles saem no dia 20 de agosto de 1952 chegam aqui à tardinha. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em março de 2020)

Um grupo de oito homens adentrou a mata se revezando para abrir caminho até a margem do rio. O Sr. João Paulino por ter tomado a iniciativa de descer o morro passa a ser o líder do grupo. Os relatos contam que os primeiros homens logo perceberam que na margem do rio a vegetação era típica de floresta, porém com a predominância de uma árvore com frutos vermelhos e ácidos, o murici da beira d'água como o da fotografia 3 (ou Murici vermelho, ou amazônico⁶) e decidiram batizar o rio de Muricizal e o lugar de Muricilândia, conhecido popularmente por Murici até nos dias atuais.

⁶ *Byrsonima ligustrifolia* da família das acerolas, o murici amazônico também é conhecido como murici do brejo, murici vermelho, rameira ou Acerola do mato. Disponível em: **Reflora - Herbário Virtual**. <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual/ConsultaPublicoHVUC/ConsultaPublicoHVUC.do?idTestemunho=3147380> Acesso em 19/10/2020.

FOTOGRAFIA 3. Murici Vermelho ou Murici da Beira d'água (*Byrsonima ligustrifolia*).



FONTE: Acervo da pesquisa, 2020.

Eles começam a modelar o local para poderem viver ali com suas famílias:

[...] eles vão, abrem a primeira roça de imediato aqui, se estabelecem aqui fazem as primeiras casinhas e voltam pra buscar os familiares, então vão chegando. Esse fluxo de pessoas, das famílias, ele não vai se concluir num prazo muito rápido, tipo, num ano não veio todo mundo, vai se concluindo, os parentes vão vindo em levas, mais vêm, demora um tempo mais vêm (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em março de 2020).

Logo mais pessoas começam chegar às margens do rio Muricizal, Dona Cícera Vieira de Almeida relata que quando chegou com sua família havia apenas três meses que os primeiros homens tinham chegado ao local, eram somente oito habitantes.

E nós chegamos aqui com coragem e luta, meu pai, meus tios, minhas tias sofreram para criar os filhos porque não foi nada fácil. Tinha muita caça, muito peixe, mas doença também tinha muita. (Cícera Vieira de Almeida, live realizada em 14 de setembro de 2020)

Dona Cícera narrou como eram construídas as moradias, com a técnica do pau a pique que consiste em no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no

chão, com vigas horizontais, amarrados por cipós dando origem a um painel perfurado o qual é preenchido por barro transformando-se em parede. Dona Cícera explica como eram as primeiras moradias:

Nós chegamos ai todo mundo cuidou nas suas casas, era de pau a pique, fazia as paredes de pau e nós ficava, durante o dia nós ficava em baixo, porque no começo não deu tempo de fazer as casas todas completas, cobriram a casa ai fizeram um “sote” [uma espécie de sótão], o sote era umas tábuas que colocavam em cima nas paredes da casa, ai o pessoal faziam uma janela grande, quando era 5 horas [17 horas], nos todos subiam para o sote, por causa das feras, tinha muita onça, muita cobra, muita coisa feia. Quando nós subíamos para cima do sote nós levávamos a cabaça e levava comida e água. E quando era à noite a gente só ouvia os cachorros latindo, a as onças enfrentando os cachorros, matavam os cachorros, eles mordiam as onças, e a gente com muito medo lá em cima. Tinha também muita cobra, gente cada cobra grande. (Cícera Vieira de Almeida, live realizada em 14 de setembro de 2020)

A praga de insetos e animais peçonhentos e até mesmo uma grande quantidade de animais selvagens é bem explícita na fala dos primeiros moradores de Muricilândia. Por ser uma área de mata fechada, com pouca modificação humana juntamente com a alta umidade da região amazônica a quantidade de pernilongos de todos os tipos são altas, o mais comum são os piuns da Amazônia:

Aqui tinha uma praga de carrapatos grande, médio e pequeno. Muriçoca, MUITA. Pium tinha o de fogo, pium de fogo é porque ele era vermelho, quando ele mordía a gente parecia que era um fogo que estava picando a gente, queimando a gente. E tinha o pium preto, que esse já era mais leve. Os bixos mordiam e picavam muito a gente, as crianças, então apareciam muitas leish [Leishmaniose cutânea] que eu acho que todo mundo sabe, é uma ferida que dói muito e demora sarar, não é fácil você cuidar de um leish. (Cícera Vieira de Almeida, live realizada em 14 de setembro de 2020)

Dona Cícera conta que quando chegaram, as pessoas que ali já estavam distribuíram semente para a plantar, logo abriam a roça, ela conta também o que cultivavam:

Aí o pessoal chegou e ninguém trazia semente de nada, nem arroz, nem feijão ai os primeiros moradores que haviam chegado davam semente para plantar a roça, e assim nós vivíamos da roça, era feijão, fava, tinha muito peixe, tinha caça do mato, ai começaram a plantar as roças, plantavam maxixe, plantavam quiabo, plantavam milho verde, mandioca ai melhorou muito. (Cícera Vieira de Almeida, live realizada em 14 de setembro de 2020)

A convivência em harmonia das pessoas deixava a comunidade sempre em paz, viviam como uma grande família, Dona Cícera conta como era essa harmonia em momentos como o do banho de rio:

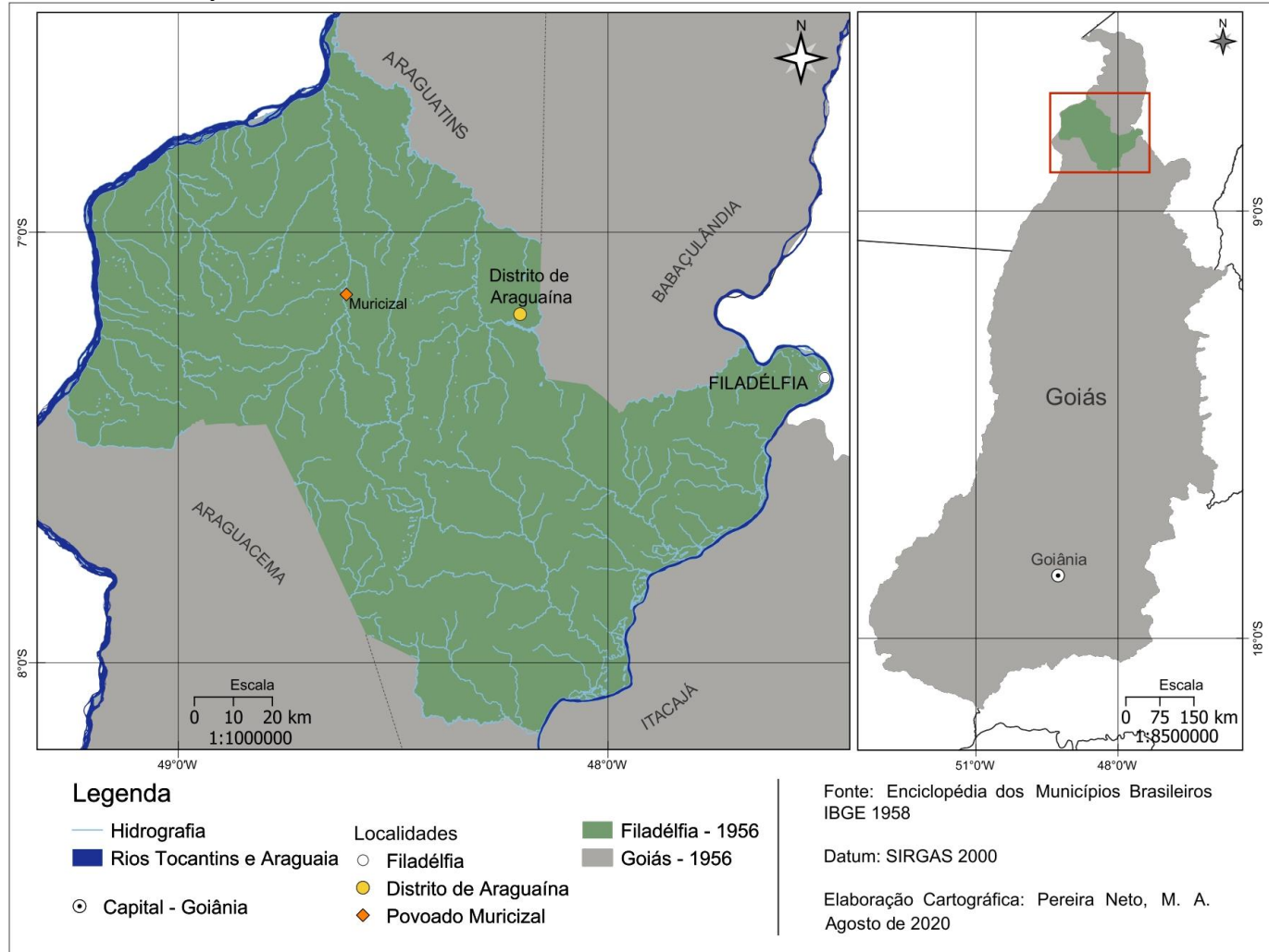
Aqui todo mundo era igual, nós banhávamos no rio, um rio maravilhoso, a água limpa, corrente, e todo mundo, criança, idoso, mulheres, homens, nós banhava tudo pelado. Eu e meu irmão nós tinha poucas roupas, eu não passava de três vestidos, ai quando nós ia banhar nós já lavava aquele vestido e botava para secar, enquanto nós banhava e lavava alguma coisa aquele vestido estava secando e nós banhando pelado, os homens no corpo deles e nós no corpo das mulheres. (Cícera Vieira de Almeida, live realizada em 14 de setembro de 2020)

Ela ainda relata sobre as doenças e sobre os modos de tratamento, a ausência de médicos e qualquer tipo de profissional da saúde impedia qualquer recurso médico-hospitalar, os tratamentos e medicações eram feitos todos com remédios caseiros, em geral, receitados por pessoas mais velhas, a própria Dona Cícera hoje com os seus 69 anos de idade é considerada a “doutora da comunidade” por sua experiência com remédios caseiros. Ela relata como eram feitos os tratamentos no início:

Aqui nós sofremos com cachumba, sarampo, diarreia, a verminose porque nós comia muita carne de caça, aí sabe o que que nossas mães faziam? Pisava o mastruz e fazia com enxofre e dava aquele remédio muito ruim pra gente beber, ou bebia ou apanhava porque tinha que beber mesmo. Quantas mulheres morreu de parto, não tinha médico, não tinha agente de saúde, não tinha nada. Era os benzedores, era o pessoal mais velho que sabia fazer remédios, benziam as crianças de quebrante. (Cícera Vieira de Almeida, live realizada em 14 de setembro de 2020)

Mesmo ainda com uma pequena população, Muricilândia foi gerando vivências dos que ali estavam e atraindo outros, assim foi crescendo. O Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) realizando a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, uma extensa e importante obra realizada no século XX por todo o Brasil publicado em 1958a, realizou os trabalhos na região da cidade de Filadélfia em 1956 (MAPA 04).

MAPA 04 - Município de Filadélfia em 1956



Fonte: IBGE 1958c

Nessa ocasião, os técnicos da Divisão Territorial do IBGE já classificaram Muricilândia como povoado pertencente ao distrito de Araguaína e ao Município de Filadélfia e a denominaram de Muricizal assim como o rio.

No distrito de Araguaína existem os seguintes povoados: Araguanã, que é sede de garimpo de cristal, localizado nas margens do rio Araguaia; Muricizal, também garimpo de cristal, localizado nas margens do rio do mesmo nome, afluente do Araguaia. (IBGE, 1958c, p. 163)

O mapa 04 mostra uma representação reelaborada do mapeamento feito em 1956 pelo IBGE. A sua principal característica é a demonstração da divisão política e localidades. O mapa, evidência a sede do município de Filadélfia às margens do rio Tocantins a Araguaína às margens do rio Lontra o qual foi colocado como um dos principais rios do município. (IBGE, 1958c)

Cada vez mais Muricilândia vai crescendo até se tornar um município independente em 1992. O povoado e posteriormente a cidade, cada vez mais recebia novos moradores. Em uma dessas mobilidades, chega a Muricilândia em 1962 uma mulher chamada Lucelina Gomes dos Santos, vinda do interior do Maranhão nas margens do rio Parnaíba, morou por um tempo na cidade de Cristalândia. No próximo capítulo irei apresentar as narrativas e as trajetórias socioespaciais Dona Juscelina.



FOTOGRAFIA 4 – Dona Juscelina, matriarca do quilombo. Fonte: Neuza UFNT.

II - DO MARANHÃO AO NORTE DE GOIÁS (TOCANTINS): O REPERTÓRIO DE GEOSÍMBOLOS E LUGARES DE DONA JUSCELINA

Este capítulo tem por objetivo apresentar o segundo deslocamento em direção a Muricilândia pela família Gomes dos Santos, tendo como principal personagem Dona Juscelina, desde a saída do Maranhão ainda na década de 1950 até atualmente. Tratarei dos geossímbolos que caracterizam as vivências espaciais e toda a bagagem cultural de Dona Juscelina, e posteriormente das trajetórias socioespaciais e dos lugares da matriarca.

“O que me trouxe até aqui”: a bagagem cultural e geossímbolos

Mulher, negra, benzedeira, rezadeira, parteira, mãe, avó e bisavó, quebradeira de coco, trabalhou na roça, Lucelina Gomes dos Santos, a Dona Juscelina hoje já sente o peso da idade em seu corpo, em outubro de 2020 completou 90 anos de vida e de histórias para contar. Como diz o provérbio africano, quando se morre um velho, vai com ele uma biblioteca, mas Dona Juscelina está viva, e nas palavras do geógrafo e antropólogo Alex Ratts (2020a), a biblioteca está aberta.

Em 24 de fevereiro de 2021, o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), concedeu à Lucelina Gomes dos Santos, a Dona Juscelina, o título de Doutora Honoris Causa pelo seu notório saber e protagonismo no melhor entendimento entre os povos.

Nascida em 1930 na cidade de Nova Iorque, no interior do Maranhão, Dona Juscelina viveu em sua cidade natal até os 22 anos de idade, a matriarca acredita lembrar que desde os sete anos de idade já brincava a festa do treze de maio se denominando uma brincante. A festa era realizada pelo seu tio Claro Preto do Saco, ele passava seus conhecimentos do período da escravidão para os mais jovens, mas escolhe Dona Juscelina a se encarregar da missão de manter vivo o legado da festa. (SANTOS, 2018)

Em 1952 ela e sua família se mudam para o município vizinho, Pastos Bons, viveu lá por três anos, onde se casou com o senhor Cristino Lopes e viveram juntos

por quase sessenta anos. Em Pastos Bons, Maranhão, ela com a ajuda de seu marido chegara a realizar a festa do treze de maio, porém ela ainda não se considerava capacitada para comandar tal evento.

O leste maranhense onde situam-se as cidades de Pastos bons e Nova Iorque às margens do rio Parnaíba tinha na década de 1950, época do início da mobilidade de Dona Juscelina, características econômicas baseadas em agropecuária e extração vegetal, como amêndoa de babaçu e cera de carnaúba. (IBGE, 1958b). Nas duas cidades explanadas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros publicada em 1958, não se relata a questão escravocrata, ou remanescência de escravizados, diferentemente das falas de Dona Juscelina, que afirma que em Nova Iorque havia uma “fazenda escravocrata” onde sua avó e seu tio Claro Preto do Saco haviam trabalhado.

Também na enciclopédia pouco retrata a história de São Bento, padroeiro da cidade de Pastos Bons, o qual era um negro escravizado que teria sido castigado pelo senhor de escravos até uma possível morte e que posteriormente reapareceu em cima de um toco de aroeira sendo levado a santidade pela população local, considera-se ainda que no lugar onde ele teria reaparecido nasceu um olho d’água que abastece a cidade. (OLIVEIRA, 2018)

Em 1956 a família de Dona Juscelina, por intenção de seu pai, se muda para o então estado de Goiás, na cidade de Cristalândia,

[...] meu pai, que veio pro Goiás. Nós saímos dia 01 de julho de 56 [1956]. Aí fizemos essa viagem e fumo chegar no dia 07 de setembro em Cristalândia. Apesar que nós era de a pé, e viajemos dois mês e sete dia. Mas pra mim foi uma beleza, quando nós chegemos em Cristalândia. Eu: pai já está passando de hora de ir buscar os animais! Minha fia, já chegemos! Nós vinha por dentro pela linha do fio, aqui e acolá nós saía da linha. Toda vida de a pé! Só quem vinha muntado era a mamãe, era doente de uma perna...e os menino de três anos pra baixo. Tudo era correndo, os de cinco ano nós botava no meio da carga. Mas as cargas era tudo cheia, de tanta verdura que a gente passou no sítio. Nós nunca sentimo a viagem! (exalta a voz) Nós nunca tinha feito uma viagem, mas nós num sentimo. Porque intestia só nas frutas. O certo que cheguei pra cá, cheguei em Cristalândia, eu nunca pratiquei o meu trabalho! [Festa do 13 de maio], cidade de garimpo, muita morte! [...]. (Dona Juscelina, entrevista cedida em março de 2020)

Na fala de Dona Juscelina, a caminhada é longa no deslocamento do Maranhão para o antigo norte de Goiás, não tenho informações sobre a indicação para a família se mudar para estas terras, nem o que procuravam, já que não possuíam terras e viviam sempre na cidade. A caminhada a pé na mobilidade era muito comum no período em que a família de Dona Juscelina migrava, e grande parte dos migrantes do norte de Goiás eram/são maranhenses, como destaca Sader:

Eu poderia dizer que o início da luta está na origem mesma desses camponeses. A maioria é maranhense vinda de outras regiões, e há um número considerável que teve o Maranhão como etapa migratória, antes de chegar no bico do papagaio. Outros vieram diretamente do Ceará e bem poucos são goianos. A área de origem, bem como o trajeto percorrido, é de grande importância nas formas que adquire a luta pela terra. (SADER, 1986, p. 96)

No narrar Dona Juscelina ainda destaca o processo da mobilidade, andavam a pé e somente sua mãe que estava doente e as crianças pequenas iam montadas nos animais, estes também carregavam a carga de alimentos a serem consumidos no percurso. Mesmo com os dois meses e sete dias de viagem a matriarca afirmam não terem “sentido a viagem”, o que considero uma demonstração da vontade de migrar.

Na mobilidade espacial do estado do Maranhão para o Tocantins, Dona Juscelina, seu esposo, juntamente com seu pai, mãe, irmãos, sobrinhos, filhas, cunhados e outros parentes trouxeram consigo as afetividades e as vivências culturais e espaciais de sua terra. Dona Juscelina também traz o legado da festa passado pelo seu tio. Porém, em Cristalândia ela não se sente motivada em realizar a festa ainda, como supracitado e aqui enfatizado:

[...] Cristalândia, cidade era de garimpo, lá eu nunca fiz um festejo, porque eu achava muito desconveniente, e lá era uma cidade, mas era garimpo e todo dia morria gente, aquilo não me interessei [...]. (Dona Juscelina, entrevista cedida em março de 2020)

Dona Juscelina não se senti, ali naquele momento e naquele espaço territorializada, e não emana uma afetividade com lugares, sujeitos e territórios deixando-a desconfortável a realizar sua manifestação cultural. Para o geógrafo Bonnemaïson (2002) a territorialidade é construída pelo grupo e ela é uma relação

cultural entre esse grupo os lugares e as mobilidades que compõem as trajetórias. Essa territorialidade só vai ser externalizada por Dona Juscelina em Muricilândia em 1968, cerca de seis anos depois de sua chegada.

De fato, a territorialidade emana da etnia, no sentido de que ela é, antes de tudo, a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial – dito de outra forma, um território. (BONNEMAISON, 2002, p. 285-286)

Em 1959, quando Dona Juscelina morava em Cristalândia (TO), ela resolve visitar sua irmã, que morava na época em Muricilândia (TO), e cria gosto pelo local. Ao retornar para Cristalândia (TO), Dona Juscelina expressa à sua família interesse de mudar-se para Muricilândia. Após insistência conseguiu convencer seu pai, o ancião da família e todos se mudam para as margens do rio Muricizal.

Aqui era mata quando eu cheguei. Aí toda a vida eu fui interesseira pra ter as coisas, sem ser mandada por ninguém, aí o certo é que eu fui e voltei lá [voltou para Cristalândia cidade onde estava residindo com a família e disse]: –Papai, pra você saber eu me engracei demais, é uma mata, mas eu queria que nós mudasse pra lá. [O Pai]: –Minha fia eu criei vocês foi dentro de cidade, eu não tenho costume de interior. Eu fui levando o véi até que chegou o dia dele dizer: –Minha fia você quer ir? Eu vou! O certo é que eu entrei praquí no dia 02 de outubro de 62 [1962], isso aqui era mataria, eram contadas as casinhas, até a igreja da padroeira era de palha [...]. (Dona Juscelina, entrevista cedida em março de 2020)

Dona Juscelina parece então ter então encontrado seu lugar, parece estar territorializada. Ali, ela se sente familiarizada com o território e com as pessoas e se senti, diferentemente de Cristalândia (TO), apta a realizar sua Festa do 13 de maio. Para o geógrafo francês Eric Dardel (1952) a relação do homem com a terra é sempre em busca de um lugar, um lugar que é lar, um lugar do qual possamos existir, identitária e culturalmente, a partir dele:

É desse “lugar”, base de nossa existência, que, despertando, tomamos consciência do mundo e saímos ao seu encontro, audaciosos ou circunspetos para trabalha-lo. Há, no lugar de onde a consciência se eleva para ficar de pé, frente aos seres e aos acontecimentos, qualquer coisa de mais primitivo que “lar”, o país natal, o ponto de ligação, isto é, para os homens e os povos, o lugar onde eles dormem, a casa, a cabana, a tenda, a aldeia. Habitar uma terra, isso é em primeiro lugar se confiar pelo sono àquilo que está, por assim dizer, abaixo de nós: base onde se aconchega nossa subjetividade. [...]. Antes de toda escolha existe esse “lugar” que não pudemos escolher, onde ocorre a “fundação” de nossa existência terrestre e de nossa condição humana. Podemos mudar de lugar, nos desalojarmos, mas ainda é a procura de um lugar; nos é

necessária uma base para assentar o Ser e realizar nossas possibilidades, um *aqui* de onde se descobre o mundo, um *lá* para onde nós iremos. (DARDEL, 2015 [1952], p. 40-41, grifos do autor)

A carga cultural e geossimbólica ainda estava guardada em Dona Juscelina, ao chegar em Muricilândia em 1962, ela se alia ao senhor João Paulino, idealizador e fundador do povoado. Começa então sua luta política por melhorias do lugar, mas também começa a transcender sua cultura maranhense e católica. Então, ela começa a praticar três festas: a Festa de Santos Reis, Festa do Divino Pai Eterno e a Festa do 13 de maio, herança cultural afro-brasileira passada por seu tio.

*[...] Aqui tudo que tem é a Lucelina que botava. Eu festejo o Divino Espírito Santo, eu festejo os Santo Reis, andando nas casas visitando com o meu santo. Sou romeira do Padre Cícero, Sou romeira do Divino Pai Eterno, tudo isso eu já fui a romaria deles [...] O lindô foi criado aqui [...] com muito tempo que chegou esses negradinhas e entraram pra lá, a força de negro, mas não tinham produção, não tinham conhecimento, andavam só de muda morando nos interior. E eu, fui nascida e criada dentro da cidade e já tinha tudo isso lá. Eu tinha lindô lá na minha terra e aqui cheguei e botei também [...] Já brincava o lindô, a roda de São Gonçalo, a roda de São Benedito [...] **Toda brincadeira, toda festa, todo alegrão aqui era a Lucelina na cabeceira.** (Dona Juscelina, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 95, Grifos da autora)*

A chegada de Dona Juscelina ao povoado de Muricilândia, quebrou com tradições, agora as pessoas não somente rezavam, elas passaram a celebrar as festas e a rezar. Essas festas podem ser expressas como características culturais, que especializadas em lugares onde o grupo se territorializa se tornam geossímbolos. (BONNEMAISON, 2002). Santos (2018) que estudou as festividades da comunidade quilombola expressa seu entendimento da festa como atividade cultural e identitária da comunidade: “As Festas são práticas que neste caso também a entendemos como ritos, e que são de grande expressividade da cultura negra, solidificando a construção de uma identidade afro”. (SANTOS, 2018, p. 95)

Mas a Lucelina chegou, nesse tempo era nova, eu enfrentava festa, eu fazia festa, tomava conta das enfrentantes do festejo, botava barraca. (Dona Juscelina, entrevista cedida em março de 2020)

A Festa de Santo Reis, ou reisada, é uma festividade que acontece no período noturno, Dona Juscelina participa da festividade de origem católica desde Nova Iorque (MA), e trouxe com ela esse arcabouço cultural, católico popular para

Muricilândia (TO). Todos os anos, Dona Juscelina pratica a reisada, devido uma promessa que fez na década de 1960 pela saúde de sua irmã. (SANTOS, 2018)

[...] Lá da minha terra mesmo eu assistia no Maranhão [...] eu pedia a papai, desde mocinha mesmo e quando andava cantando aquele pessoal cantando, aí chegava alta noite, de madrugada, chegava lá e nós ia receber, eu pedia a papai que ele deixasse eu acompanhar [...]. (Dona Juscelina, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 96)

Em virtude da idade já avançada de Dona Juscelina e de alguns festeiros de Santo Reis, hoje a festa fica mais reservada as rezas. Dona Cícera, quilombola, lembra como era as festividades em décadas passadas:

[...] A Dona Lucelina [...] ela cantava os reis, então no reis dela tinha a Burrinha, tinha a Catirina, tinha os Caretas e o Boi. Então, quando chegava numa casa, aí a Dona Lucelina: –Vocês aceitam que os personagens dançam, apresentam? Aí quem tinha dinheiro, falava assim: –Eu quero, todos os personagens [...] a Catirina era alta, finona com um [...] [adorno] na cabeça, “êh, mais eu tinha medo”, ela corria atrás da gente, e a Burrinha era redondinha, a roupinha bem bonitinha, enfeitada com [...] papel de cigarro, de balinha, enfeitava a roupinha, e os Caretas também, os Caretas parece que era até mais engraçado que os de hoje [Os romeiros de Aragominas ainda realizam Reisadas com os Caretas], e o Boi [...] Aí começava, a Dona Lucelina começava a cantar, aí vinha a Catirina, a Burrinha, aí vinha os Caretas e começavam a dançar, aí de repente começava outra música, aí o Boi ia entrando de marcha lenta, moço mas era bonito naquela época, acabou [...] Quando era no final da Festa da Dona Lucelina que ia matar o Boi [...] a gente chorava na hora da morte do Boi [...]. (Cícera Vieira de Almeida, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 96)

Dona Juscelina lamenta a ausência de uma festividade mais alegre, como as que ocorriam anteriormente, ela também lamenta o fato de a comunidade não seguir o ritual que fazia, de certa parte, da cultura local:

[...] Hoje em dia tá tudo diferente, eu não boto um Careta nem numa reisada eu não boto um Careta [...] De primeiro, só cantava reis depois que todo mundo tava deitado [durante a madrugada], pra cantar e levantar [e acompanhavam o grupo], mas hoje a gente vai cantar cedo, aí é obrigado mandar entrar pra dentro e fechar a porta [...] Hoje já tem só vaidade, é sem-vergonhice demais [...]. (Dona Juscelina, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 96)

A festividade se realiza com a novena desde a noite de natal até o dia 6 de janeiro, que na tradição cristã é o dia dos Três Reis Magos⁷. Nas noites dos três dias

⁷ O Reisado chegou ao Brasil através dos colonizadores portugueses celebrando o nascimento do Menino Jesus. No Brasil é uma espécie de cataclismo popular. Disponível em:

que antecedem ao dia de Reis ocorre as visitas, “Os romeiros celebraram nos últimos três dias, véspera do dia de Reis, a visitação nas casas, surpreendendo os residentes. Ao cair da noite e com estouros de foguetes, o grupo de celebrantes põem-se as portas da vizinhança [...]” (SANTOS, 2018, p. 97). Após o período das visitas, todos se reúnem na casa de Dona Juscelina, onde realizam penitências, rezas durante toda noite de Reis.

A Festa do Divino Pai Eterno é realizada em honra ao Divino Espírito Santo, na religião cristã ela é realizada no domingo de Pentecostes, o qual ocorre cinquenta dias após o domingo de páscoa. No quilombo Dona Juscelina, a tradição da festa foi idealizada e até hoje é mantida pela matriarca.

Na pesquisa realizada por Santos (2018), a autora observou que nesta festividade os romeiros realizam penitências no decorrer da noite até o raiar do dia, durante três dias. No ano de 2018 a festividade aconteceu na sede da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (ACQDJ) e contou com a presença de romeiros de Aragominas, rezando e cantando por toda a noite até o último dia que é o dia de Pentecostes (SANTOS, 2018). Dona Cícera fala das memórias da Festa do Divino:

[...] Quando a Dona Lucelina chegou, ela trouxe a reza do Divino [...] O Divino usa a bandeira, a caixa [tambor], aquelas pessoas com a farda [...] aquela cor vermelha, as fitas do divino, uma pomba no Divino [...] De casa em casa, e ali as pessoas davam a esmola pro santo e quem pudesse dava alguma coisinha, uma puba, um polvilho, ovo, dava azeite de coco que naquela época era azeite de coco, nós nem sabia que tinha óleo [industrializado] [...], o sal que nós usava era sal grosso. E a Dona Lucelina cantava, e saía de casa em casa, muito bonito, era de dia que ela cantava e a reza de noite [...]. (Cícera Vieira de Almeida, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 99)

Durante as três noites de festividade o grupo de romeiros se reúne e saem pelas ruas parando nas casas ao som de instrumentos como o tambor e rabeca, os moradores abrem as portas e pedem a passagem da bandeira do Divino Espírito Santo e de seus símbolos, o ritual é descrito por Santos (2018):

[...] uma caixa com enfeites contendo uma pomba simbólica e a Bandeira do Divino (de tecido na cor vermelha, no centro há a figura de uma

pomba com uma planta no bico, na haste que a sustenta fitas de diferentes cores). No interior das casas cantam e passeiam com a bandeira esperando por bênçãos. (p. 100)

A festa do Divino Pai Eterno (Divino Espírito Santo) ocorre em alguns estados brasileiros como o Tocantins, Maranhão, Goiás, Minas Gerais e São Paulo (RODRIGUES, 2014). Têm em comum o uso da bandeira do Divino Espírito Santo, o qual o Cientista Social e pesquisador Carlos Rodrigues Brandão salienta que: “A cruz nesse movimento representa a igreja institucional territorializada, e a bandeira é um símbolo móvel apropriado pelo catolicismo popular”. (BRANDÃO, 1981, p. 26).

Após as visitas o grupo reza durante toda noite como penitência, contando com a presença dos romeiros e de pessoas religiosas e confraternizam com um banquete. A fotografia 5 mostra o altar na casa da matriarca Dona Juscelina, do lado direito se pode observar a bandeira utilizada na festa do Divino e a cima os tambores que são tocados durante as visitas das casas.

Na fotografia 5 o altar na casa da matriarca repleto de imagens e quadros nas paredes, representações de santos e santas católicas, objetos simbólicos onde se realizam práticas simbólicas. Destacam-se as imagens do Padre Cícero, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora Desatadora de Nós, a imagem de santo expedito na parede, o próprio Jesus e a Virgem Maria Santíssima entre outros. Essas imagens, elementos geossimbólicos, atraem para si uma espacialidade sagrada.

A construção do altar como um geossímbolo na casa da Dona Juscelina sacraliza esse espaço, espaço este usado nas rezes e nas festividades do Divino Pai Eterno, Santo Reis e no 13 de maio. José Paulo Teixeira (2009) que estudou os símbolos em Terreiros do Candomblé em Goiânia – Goiás, comenta que: É neles e por eles que os membros da comunidade religiosa assumem uma relação simbólica, ao qual vai lhes assegurar ainda mais uma identidade cultural e territorial [...]. (p. 116)

FOTOGRAFIA 5 – Altar da Dona Juscelina, Bandeira do Divino e tambores.



Fonte: OLIVEIRA, 2018.

Carlos Eduardo Machado (2012) em seu estudo sobre o uso dos espaços domésticos como parte da experiência religiosa aponta que a prática dos altares e imagens de santos faz parte de uma experiência religiosa para além da catedral. Ele ainda afirma que no Brasil essa cultura iniciou-se ainda no período colonial com as famílias mais abastadas que não frequentavam as igrejas com as famílias da alta classe. (MACHADO, 2012)

Silveli Russo, em sua pesquisa sobre espaços domésticos, devoção e arte, destaca que no Brasil como Novo Mundo, o catolicismo foi incorporado de forma muito particular, principalmente em relação ao uso das imagens religiosas:

Neste corpus, é possível encontrar um diversificado repertório de imagens com temas correspondentes à iconografia católica, evidenciando a política de evangelização portuguesa que causou uma relevante repercussão no Novo Mundo após Trento. Vislumbra-se a Virgem, e o próprio Cristo, como as personagens sagradas mais invocadas, a suscitar, por certo, interpretações várias, geradas pelo contato dos fiéis com as imagens devotas, estimulando, por certo, a criação de laços de identidade e confiança, e ainda, rompendo barreiras e estimulando o diálogo em primeira pessoa com a divindade. (RUSSO, 2010, p. 397-398)

O altar e as representações dos santos e santas de Dona Juscelina são a expressão do catolicismo popular, ter um altar em casa é a forma da Igreja Católica manter seus fies em locais sem um pároco, enfatizando o catolicismo popular, como considera Santana, a imagem foi empregada pela igreja como recurso para a devoção, em especial para a devoção popular. (SANTANA, 2001)

Dona Juscelina se destaca então como uma mulher que luta politicamente, mas que também busca em sua fé acalanto, uma fé de característica popular muito forte, devota de vários santos e santas, que já realizou as romarias do divino no estado de Goiás e a de Padre Cícero em Juazeiro do Norte no Ceará.

[...] eu sou romeira, eu nasci romeira e sou romeira e sou devota, devota de todos os santos, devota do padre Cícero do Juazeiro, devota do meu Pai Eterno na Trindade e devota do Espírito Santo e de todos os santos. (Dona Juscelina, live da Semana da Terra Padre Josimo – CPT, 08 de maio de 2020)

A festa do dia 13 de maio, onde a comunidade celebra a assinatura da Lei Áurea, é um dos principais marcos festivos culturais da comunidade quilombola. Iniciada em Muricilândia por Dona Juscelina em 1968, a festa ocorre praticamente todos os anos, com algumas pequenas exceções, como a morte de sua filha que interrompeu a festa por alguns anos na década de 1980 (SANTOS, 2018), e agora no ano de 2020 devido à pandemia do vírus que causa a Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2).

Dona Juscelina trouxe a festa de sua cidade no Maranhão, passado pelo seu tio, o senhor Claro Preto do Saco. A família de Dona Juscelina viveu em uma fazenda escravocrata no século XIX de propriedade do Coronel Santana, o qual, segundo ela, mantinha uma relação amigável com seus escravos. Com a notícia da abolição em 1888, o coronel ofereceu donativos para uma comemoração, o qual deixou os negros que ali estavam com um sentimento de apoio no direito de liberdade, assim nasce a Festa do 13 de maio. (SANTOS, 2018).

Sua realização, no dia 13 de maio é composta por três momentos, inicia-se com a alvorada, que representa a anunciação da libertação, que acontece às quatro horas da madrugada, posteriormente se inicia a organização e a realização do Teatro da Abolição, que é realizado a céu aberto às quinze horas, e por fim, no por

do sol, ocorre o cortejo onde todos andam pelas ruas de Muricilândia cantando e festejando (OLIVEIRA, 2018).

Dona Juscelina se mostra uma mulher guerreira, que luta na batalha de todos e todas, buscando sempre manter ou aperfeiçoar os aspectos culturais herdados e (re)produzidos ao longo dos seus noventa anos de idade. Os lugares pelos quais ela passou, a suas vivências, com pessoas e objetos, os quais alguns se tornam especiais com uma carga simbólica, esses lugares e/ou objetos geossimbólicos que fazem parte da carga cultural que está sempre viva na pessoa-corpo Lucelina Gomes dos Santos. No próximo item trarei as trajetórias dos lugares por quais, Dona Juscelina passou durante sua vida, as tramas dos espaços vividos durante sua história de vida.

Trajetórias socioespaciais e lugares de Dona Juscelina

Dona Juscelina é uma mulher negra nascida aos 24 de outubro de 1930 em Nova Iorque no interior do Maranhão onde viveu até 1951. Ela é uma mulher que traz consigo uma trama de lugares, caminhos e saberes. As trajetórias socioespaciais marcam a história de vida das pessoas, elas elaboram a concepção de lugares, territórios e afetos, e veem construído, no decorrer dos anos, sabedoria.

O lugar, o território e as afetividades remetem as experiências dos indivíduos com os espaços vivenciados, realçando as geografidades, ou seja, que antes de qualquer conceituação esses grupos são “seres espaciais em sua essência, e que viver é produzir/experienciar o espaço”. (SERPA, 2019 p. 61). Esses espaços vivenciados, são os lugares por onde os interlocutores passaram durante sua vida, como a trajetória até a chegada em Muricilândia, uma espacialidade marcada de relações afetivas com os lugares, experienciadas no espaço e no tempo.

Para o geógrafo Diogo Marçal Cirqueira (2010) as trajetórias socioespaciais podem ser consideradas como “[...] um ‘percurso’ que o indivíduo perfaz durante sua vida, em que há uma relação mutua entre indivíduo e coletividade [...]” (p 42).

Para tanto, entendemos a vida de cada indivíduo como um percurso, um caminho, uma trajetória, que são dotados de significados com os lugares, e que contém uma sucessão de acontecimentos, esses percursos sobre o espaço são suas trajetórias socioespaciais.

[...] a trajetória de uma vida também é conformada pelo espaço. Isso pressupõe que os indivíduos perpassem por um repertório de lugares no decorrer de suas vidas, os quais, como dito anteriormente, são experienciados, significados e interpretados. O espaço, em uma relação de reciprocidade, influencia os indivíduos (CIRQUEIRA, 2010, p. 43).

Para Furtado (2011), no seu estudo das trajetórias socioespaciais de estudantes quilombolas, as trajetórias socioespaciais enquanto uma categoria de análise que está sendo construída, permite uma (re)formulação da dimensão da história espacial das vivências dos sujeitos. Para ele: “Podem ser apresentadas no conteúdo dos cursos de vida, numa perspectiva que ultrapassa o limite da biografia, chegando a contemplar lugares, e experiências nos quais os sujeitos constroem suas vidas.” (p. 82).

Para tanto é necessário compreendermos as trajetórias socioespaciais como algo além de uma mobilidade espacial, que é moldada pelos aspectos históricos e socioespaciais. (SANTOS, 2016). Santos e Ratts (2015) em um estudo sobre “Trajetórias negras discentes no espaço acadêmico” comentam que:

Por trajetória espacial (ou socioespacial) entendemos os deslocamentos de um indivíduo ou coletividade entre locais distintos entre espaços – de residência, de estudo, de trabalho ou lazer, entre bairros, cidades, regiões, países – que fazem a diferença na sua situação social, pois não se resumem a um deslocamento geométrico. (SANTOS; RATTS, 2015, p. 646-647)

Esses espaços são apresentados de forma experiencial e esses sujeitos se relacionam com eles de distintas formas, considerando-se as condições de espaço-tempo, os lugares são onde “cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco” (RELPH, 2014 p. 31).

Dona Juscelina é uma pessoa cuja em toda sua história que é repassada oralmente, demonstra uma relação muito próximo com as pessoas e com os lugares por onde ela passou, e principalmente em Muricilândia, onde ela chegou a mais de 58 anos. Ratts (2020a) em seu texto “Uma geo-grafia de estudos e

pesquisas com as diferenças étnicas, raciais e territoriais” descreve com muita emoção os sentimentos gerados no encontro com Dona Juscelina:

Estando ela preparada para me receber, necessitei ver, ouvir e, também, silenciar diante dessa pessoa-lugar, pessoa-saber/fazer/poder - gerada e geradora em outras pessoas-lugares, pessoas-saberes/fazeres/ poderes, a exemplo das/os griôs e das lideranças. Foi diante de suas narrativas, benditos, explicações, gracejos e olhares, imagens de santo e papéis, caixas e bandeiras (da Festa do Divino e da Folia de Reis), algo para beber e comer, silêncios e movimentos que fui refazendo o mapa que liga o Norte desta parte do país, ao qual as elites deram os nomes de Goiás, Tocantins e Maranhão, uma antiga rota da capitania do Grão-Pará com a África [...]. (RATTS, 2020a, p. 223)

Dona Juscelina também é retratada por outros pesquisadores, como exemplo a Geógrafa e Professora Izarete Oliveira, mestre em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins, que estudou os “Território e as Territorialidades nos Limites do Rural e Urbano na comunidade em Muricilândia”:

O nome da matriarca é Lucelina Gomes dos Santos, tendo como nome social, Dona Juscelina. Ressalta-se que a comunidade recebeu tal definição por sua ancestralidade. Nascida em 24/10/1930, na cidade de Nova Iorque no Maranhão. Como neta de uma cativa, é griô, benzedeira, devota e romeira de Padre Cícero e do Divino Espírito Santo. Estudou até a 3ª série do Ensino Fundamental, tendo como profissão lavradora e parteira, exercendo esta última profissão por 25 anos. A matriarca afirma ter realizado 583 partos no decorrer de sua profissão. [...]. Recebeu da Câmara Municipal de Muricilândia a concessão do Título de Cidadão Muricilandense no ano de 2012 pelos relevantes serviços prestados à Cidade de Muricilândia, resgatando e incentivando a cultura e os direitos da comunidade quilombola [...]. Ganhadora do Prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos - Categoria VIII - Igualdade Racial, realizado pela Secretaria de Cidadania e Justiça - Seciju do Estado do Tocantins no ano de 2016. Seciju publica o resultado final do Prêmio Boas Práticas em Direitos Humanos. (OLIVEIRA, 2018, p. 22-23)

Ela também é referida por diferentes aspectos pelos quilombolas de sua comunidade, mulheres e homens mais velhas(os), e pessoas mais jovens que fazem parte do conselho de juventude da comunidade. Como a griô quilombola Dona Cícera, doutora das ervas medicinais que conhece muito bem a Dona Juscelina desde sua chegada a Muricilândia:

[...] Eu acho ela uma pessoa guerreira, uma pessoa disponível, ela chegou aqui em Muricilândia ela não teve negócio de se intimidar, ela arregaçou as mangas e trabalhou, ajudou em tudo, principalmente nos partos, aquela mulher tem trabalhado viu. Deus tem segurado ela com muito amor, eu acho que é por causa disso, assim, porque ela fez muita caridade. Ela vivia mais o esposo dela muito bem, ninguém não via eles brigando [...]. (Cícera Vieira de Almeida, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 88)

A fala da quilombola Maria Bartolomeu também expressa muito bem esse sentimento de respeito e admiração que a comunidade tem por Dona Juscelina. Dona Maria Bartolomeu expressa a importância da matriarca para a manutenção da cultura da comunidade, e seu papel como parteira nos tempos remotos:

[...] Ela é uma guerreira, realmente eu conheço Dona Juscelina desde 75 [1975], até hoje eu vejo assim, ela é forte, ela é de rocha como o pessoal diz por aí. Porque assim, do jeito que ela tem aquela idade, ela nunca deixou a Festa morrer e teve tempo, teve uns anos aí, dois anos anteriores que quase que morria, ficou parado, deu uma parada no geral, nem Festa teve, mas ela continua insistindo [...] parece que foi em 2010 e 2011, deu uma esfriada [...] Teve essa pausa [...] Aí depois tornamos [...] Então a Juscelina, é uma pessoa assim que se fosse caso de fazer um busto, fazer um memorial podia fazer porque ela merece [...] A memória dela não vai morrer não, ela vai sair daqui mas vai ficar a marca, Dona Juscelina matriarca do quilombo. Ela foi já antes de ser matriarca, recebeu esse título depois né, mas ela já trabalhava para as pessoas, interagindo, ela era parteira [...] Acho que as mulheres aqui quase tudo já passou pela mão dela, é uma forma de estar fazendo algo pela sociedade [...] Ela é uma pessoa maravilhosa, a gente se chama de comadre porque ela foi minha parteira, a minha filha foi ela que trouxe ao mundo, não fui em hospital. Eu tenho vivo assim que é como se fosse uma mãe né, porque quem faz isso faz uma coisa muito importante na vida de uma mulher, porque quem já teve filho sabe o tanto que é difícil essa situação, então ela já fez isso por mim. Eu considero ela como amiga [...] É uma pessoa doce, ela é uma guerreira, não tenho muitas palavras [...] Uma pessoa forte, uma pessoa que tem muita vontade de viver, vontade de ver as coisas melhorarem continuar nos eixos, nos trilhos, a preocupação maior dela é não deixar morrer [...]. (Maria Bartolomeu N. Alencar, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 87-88)

A quilombola Rosa Mirtes, a primeira professora de Muricilândia, retrata o respeito e admiração pela forma como Dona Juscelina enfrenta as festividades na comunidade:

[...] Uma pessoa que a gente tem muito respeito por ela, que ela que enfrenta assim esse 13 de Maio, Reis e Divino [...] ela é uma pessoa boa, mas é meio agitada, sem paciência [...]. (Rosa Mirtes Pereira de Sousa, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 88)

O quilombola Francisco de Paula retrata a resistência e a representatividade de Dona Juscelina no quilombo na manutenção da festa, promessa que ela fez a seu tio:

[...] Imaginar que uma mulher semianalfabeta porque ela ler e escreve, e ter dado conta de carregar essa cultura em cima de uma promessa que ela fez para os pais dela e para o tio dela, é claro de que enquanto ela estivesse

viva não ia deixar acabar essa tradição, eu a defino como naquele contexto e até quando ela estiver entre nós é a pessoa mais indicada para representar o quilombo [...]. (Francisco de Paula Pereira de Sousa, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 87)

O quilombola Manoel Filho Borges, professor de história da rede estadual de ensino do Tocantins, aponta que a chegada de Dona Juscelina em Muricilândia causou um recorte temporal, a vinda dela juntamente com a festividade é considerada o início da construção da identidade quilombola:

[...] Eu posso contar Muricilândia, e fazer um recorte temporal em duas fatias, antes da Juscelina e depois da Juscelina, antes da Juscelina se trabalhava e rezava e muita reza, muita penitência. Quando a Juscelina vem, ela rompe isso aí, apesar dela também ser religiosa, mas ela agrega um outro fator que é a dança [...] No meu ponto de ver a Festa 13 de Maio foi um divisor de águas né, e que marcou o início dessa construção de identidade. Muricilândia não tem uma identidade construída a partir dos fundadores, a identidade de Muricilândia está sendo construída a partir da intervenção da Dona Juscelina [...]. (Manoel Filho Borges, entrevista cedida em dezembro de 2020)

O quilombola e acadêmico Sallomão retrata o respeito e admiração por Dona Juscelina, como uma mulher que luta e lutou por direitos para os quilombolas:

[...] Pra mim é um símbolo de resistência né, e de orgulho pra todos nós que somos da comunidade de Muricilândia, ela é um símbolo que a gente tenta se espelhar e respeita e até deve uma certa servidão a ela, porque a partir dela tantos outros quilombolas conseguiram muitos recursos, principalmente pra gente que somos acadêmicos e tudo mais, é a partir do quilombo, a gente teve vários benefícios aqui dentro da universidade. Então pra mim principalmente, ela é um símbolo de resistência, e ela é uma guerreira né, e deve ser respeitada, não só pela gente que é quilombola, mas acho que até mesmo quem está de fora [os não quilombolas] pela sua história de luta né [...]. (Sallomão Israel Chaves Borges, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 88)

Para a quilombola Ludimila, poetisa, fotógrafa, estudante, que faz parte do conselho de juventude quilombola, Dona Juscelina é um exemplo de mulher negra e de resistência cultural:

[...] Uma pessoa extraordinária, que traz em si uma bagagem enorme de saberes, uma sabedoria sem igual, é uma pessoa assim que quando eu falo só me vem na cabeça ela porque não há pessoa igual a ela na comunidade, não há pessoa igual a ela no mundo. É uma pessoa corajosa, que traz em si uma resistência, uma vontade de viver, uma vontade de ajudar, uma vontade de lutar, ela não teme a nada, então é praticamente um exemplo para nossas vidas. Eu trato ela como uma mãe, como uma avó, trato ela

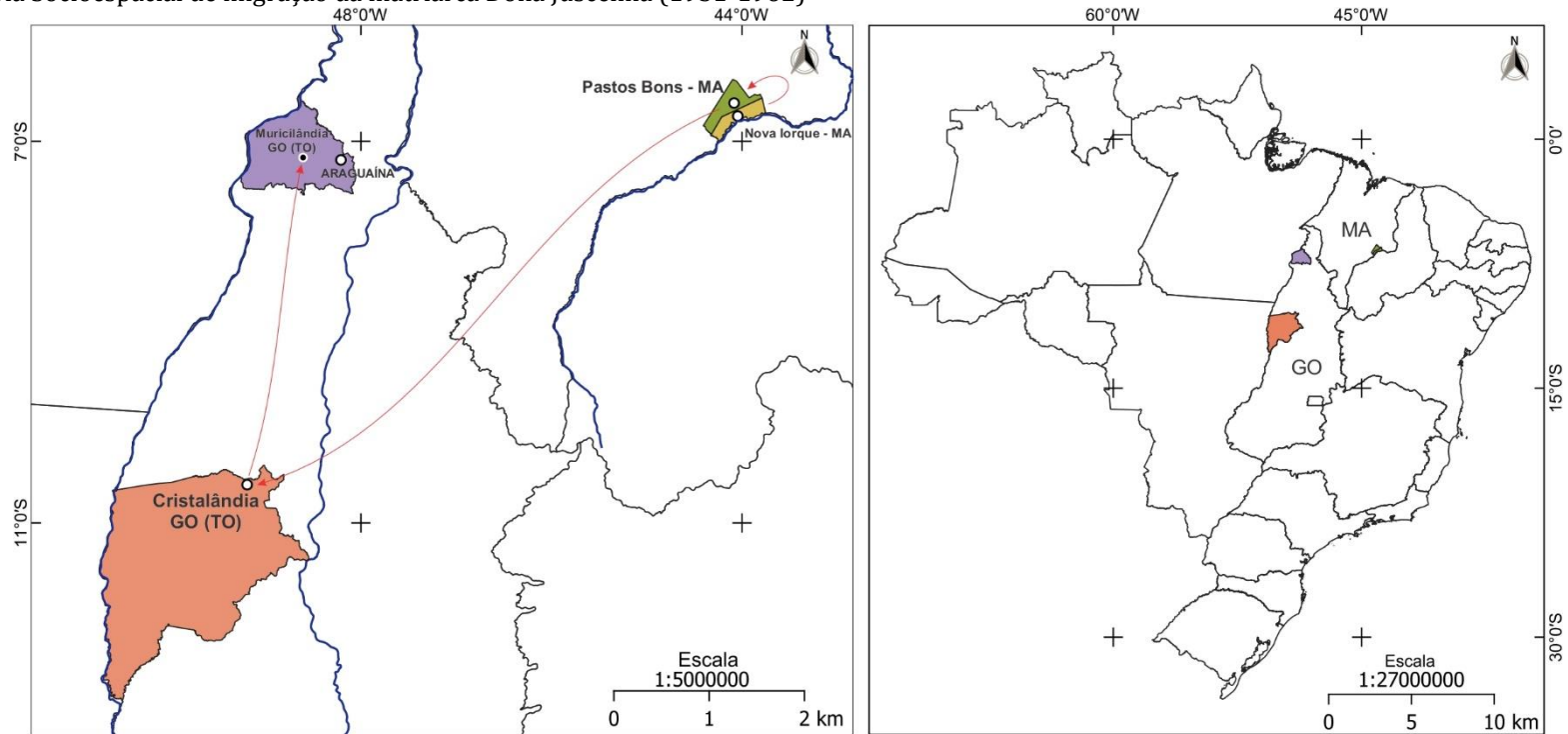
como parte da família porque eu considero ela como família, considero ela como uma mãe [...] Além de ser uma grande líder, uma grande quilombola, ela repassa para os quilombolas, ela repassa uma força, uma coragem, uma vontade de resistir e de estar ali, de lutar e de ir à luta, então a Dona Juscelina pra mim ela é uma grande líder, uma grande pessoa, é uma mãe pra mim [...]. (Ludimila Carvalho dos Santos, 2018, entrevista cedida a SANTOS, 2018, p. 87)

Dona Juscelina se mostra querida por todos em Muricilândia, uma mulher forte, que até hoje, nos seus noventa anos de idade é aclamada pelos muricilandenses e pelos quilombolas, respeitada nas comunidades próximas, que sempre se junta à comunidade na luta por direitos também sempre acompanham o 13 de maio. Nas falas dos quilombolas ela é definida como guerreira, como uma mulher que não se intimida, que “arregaça as mangas” expressão brasileira muito comum, que quer dizer uma pessoa que “vai lá e faz”. Mesmo sem muita escolaridade, conduziu um povo culturalmente e agiu fortemente na política.

Mas Dona Juscelina, antes de ser/estar em Muricilândia, teve um percurso geo-gráfico que culminou nessa identidade cultural, nas afetividades e nos saberes socio territoriais, espacial, simbólico, afetivo. As mobilidades das pessoas demonstram o seu repertório de lugares, Ratts (2001) nos escreve que “[...] a mobilidade territorial dos ‘antigos’ parecia ser intensa no que diz respeito aos tipos de movimentação: ‘migração de trabalho’ e ‘deslocamentos rituais’”. (RATTS, 2001, p. 57)

Acredito que a trajetória de Dona Juscelina e de sua família tenha se dado por uma “mistura” desses dois tipos de mobilidade. Tanto a mudança da família Gomes dos Santos em 1951 de Nova Iorque, no Maranhão, para a cidade vizinha de Pastos Bons, no mesmo estado, e em 1955 quando se deslocam de Pastos Bons para Cristalândia, no então estado de Goiás atualmente Tocantins. (MAPA 05)

MAPA 05 – Trajetória Socioespacial de migração da matriarca Dona Juscelina (1951-1962)



Legenda

— Hidrografia

Limites Municipais 1958

- Nova Iorque 1930 - 1951
- Pastos Bons 1952 - 1955
- Cristalândia 1956 - 1961
- Muriciândia 1962 - Atualmente

Localidades

- Araguaína
- Cristalândia
- Nova Iorque
- Pastos Bons
- Muriciândia
- Brasil: Unidades da Federação em 1958

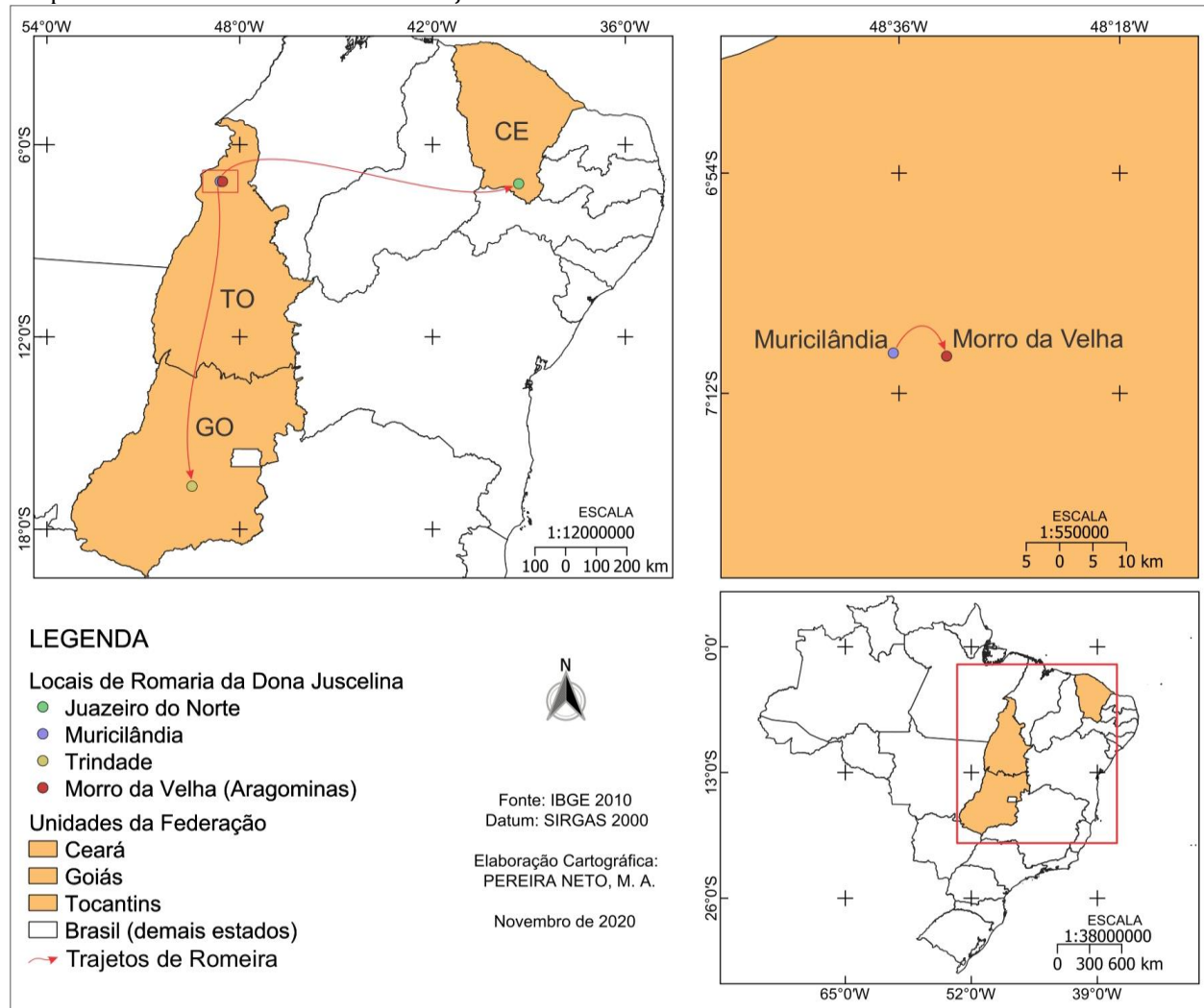
Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros
IBGE 1958

Datum: SIRGAS 2000

Elaboração Cartográfica: Pereira Neto, M. A.
10/2020

Fonte: IBGE 2017; IBGE 2010; IBGE 1958b.

MAPA 06 – Trajetória Socioespacial de romaria da matriarca Dona Juscelina



Fonte: IBGE 2010.

O mapa 05 retrata a trajetória de migração da matriarca, essa é uma importante mobilidade em sua experiência vivida e nos lugares, mas também é necessário retratar a trajetória de romeira da Dona Juscelina, como já colocado aqui, ela se denomina romeira do Padre Cícero, do Divino Pai Eterno e que já esteve nos locais de romaria, como em Juazeiro do Norte no estado do Ceará, e em Trindade em Goiás. (MAPA 06)

Importante também ressaltar que comumente Dona Juscelina encontra-se no morro em Aragominas, por ser um lugar simbólico para os romeiros do Padre Cícero no norte do Tocantins. Não tenho acesso às datas e aos detalhes da trajetória de romeira da matriarca, uma vez que devido à pandemia do Coronavírus não estou realizando contato com Dona Juscelina.

A mobilidade para Muricilândia, por insistência de Dona Juscelina ao seu pai se realizou pela imbricação dos dois tipos de mobilidade. Dona Juscelina ao visitar sua irmã que morava em Muricilândia se agrada ao lugar, ao retornar a Cristalândia começa a convencer a seu pai e toda sua família para se mudarem para a região de Muricilândia. As intenções de Dona Juscelina se davam por afetividade ao lugar, mas também pela questão da terra, de poder trabalhar na terra para si.

Aqui era mata quando eu cheguei. Aí toda a vida eu fui interesseira pra ter as coisas, sem ser mandada por ninguém, aí o certo é que eu fui e voltei lá [voltou para Cristalândia cidade onde estava residindo com a família e disse]: -Papai, pra você saber eu me engracei demais, é uma mata, mas eu queria que nós mudasse pra lá. [O Pai]: -Minha fia eu criei vocês foi dentro de cidade, eu não tenho costume de interior. Eu fui levando o véi até que chegou o dia dele dizer: -Minha fia você quer ir? Eu vou! O certo é que eu entrei praquí no dia 02 de outubro de 62 [1962], isso aqui era mataria, eram contadas as casinhas, até a igreja da padroeira era de palha [...]. (Dona Juscelina, entrevista cedida em março de 2020)

O mapa da trajetória da matriarca Dona Juscelina, traz consigo as marcas culturais, costumes e as crenças, um arcabouço cultural que é construído ao logo de sua trajetória pelos espaços vivenciados. Ao adentrar o território em Muricilândia, ele se choca com as outras culturas e ali se percebe o lugar de encontro, onde se expressa nas mais diversas formas de resistência, a exemplo do

13 de maio. O próximo capítulo traz os sentidos de quilombo e de território de alguns autores, e da própria comunidade.



FOTOGRAFIA 6 – Casa da matriarca Dona Juscelina e sede da Associação da comunidade quilombola. Fonte: Neuza – UFNT.

III – OS SENTIDOS DE QUILOMBO E DE TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA

Neste capítulo tenho por objetivo compreender os sentidos de território e de quilombo na Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Trato dessa relação no sentido dos próprios quilombolas e de determinados/as autores/as, o que é ser quilombola. No caso do conceito de território farei uma análise das concepções teóricas acerca do tema sob uma ótica culturalista e a concepção de algumas pessoas de referência da comunidade.

Os sentidos de território no espaço quilombola

Uma revisão teórica sobre território recairia sobre a mesmice de tratar das relações de poder que abrangem um determinado recorte espacial. Não estou querendo dizer que tratar de território não seria abordar as suas relações de poder. Penso que o ponto de partida para compreender essas relações, deve ser uma questão mais subjetiva do território para com o grupo que o ocupa/deseja/almeja.

Neste sentido, trabalharei numa perspectiva territorial pautada primeiramente na concepção simbólica do território e depois a concepção de poder para entender as relações que são colocadas pela comunidade quilombola na cultura e no espaço.

O território, segundo Rogério Haesbaert (2014), tem sempre a ver com o poder, o qual pode ser tratado de duas formas: o político tradicional, no qual o território é funcional, teria valor de troca, e o poder simbólico, no qual o território é vivenciado, possui um valor de uso.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido

mais implícito ou simbólico, de apropriação. Lefebvre, distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do vivido, do valor de uso, o segundo mais objetivo, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2014, p. 57)

Aprecio e me identifico com a forma do Haesbaert trata do território, demonstrando suas duas faces, que sempre estão juntas, e que podem trazer concepções diferenciadas do território. A sua leitura de Lefebvre coloca à tona essa perspectiva do autor. Para ele, o território acontece ao longo de um *continuum*, que vai da dominação política/econômica à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica: “[...] território é, ao mesmo tempo, e obrigatoriamente, em diferentes amálgamas, funcional e simbólico [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 60).

Haesbaert (2014) traz a proposta de um paradigma territorial contra hegemônico que aborda de melhor forma os trabalhos realizados com grupos quem têm o território não apenas como conquista política/econômica, mas como uma tendência de conquista afetiva/vivenciada com o local e com os símbolos que nele foi (re)produzido.

Aquilo que propomos denominar de paradigma territorial contra hegemônico, ao contrário dessa visão mais absoluta, homogeneizante universal do espaço, o vê antes de tudo como um espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem do vínculo sociedade-“terra” (ou natureza, se quisermos) um laço muito mais denso, em que os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como inter-agentes que compõe esse próprio meio e cujo “bem viver” (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação. (HAESBAERT, 2014, p. 54)

A força do querer e do vivenciar o território garante ao grupo, resistência. A identidade simbólica é tamanha em um território que esse grupo passa a fazer parte dele e ele do grupo, evoluindo pra a existência de um único “ser”. Haesbaert (2014) citando Bonnemaïson e Cambrèzy (1996) aponta essa perspectiva:

Para muitos “hegemonizados” [...], o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com igual intensidade funcionalidade e identidade. O território, nesse caso, como defendem Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. (HAESBAERT, 2014, p. 60-61)

Continuando na ideia de Jöel Bonnemaïson e Luc Cambrezy durante um colóquio ocorrido na França, em 1995, denominado *Território, Vínculo ou Fronteira: Identidades, Conflitos Étnicos, Questões e Recomposições Territoriais*⁸, os geógrafos franceses pensaram o território a partir de uma perspectiva na qual Haesbaert acredita e que eu tenho afinidade. Para eles o território não é algo que está separado do grupo, eles (o grupo) pertencem ao território, e ele (o território) pertence ao grupo.

Dans les sociétés dites traditionnelles ou si l'on préfère non-industrielles, le territoire ne se définit pas par un principe d'appropriation, mais par un principe d'identification. Le territoire ne peut alors être perçu comme une entité différente de la société qui l'habite; le groupe local appartient à sa "terre" tout autant que la terre lui appartient. Ce ne sont plus nécessairement les centres du territoire qui comptent mais les symboles qui y sont inscrits et les lieux qui les enracinent. Ce principe d'identification explique la particularité et l'intensité de la relation à la terre; le territoire ne peut être partagé, vendu, ou même donné; il est un être et non pas un avoir. Perdre son territoire, c'est disparaître. (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1997, p. 16)⁹

Para os autores, não é mais somente o território em si que conta, mas os símbolos que se encontram nele, e os lugares que estão nele, enraizados (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1997). O vínculo com o território, a partir de seus símbolos e lugares que faz com que ele e o grupo sejam um "ser" só. Isso é o que diversos autores chamam de identidade.

Le sentiment identitaire s'incarne dans des lieux et dans des géosymboles, c'est-à-dire des formes spatiales vecteurs d'identité (Bonnemaïson, 1980). Il y a du territoire dans toute société: toute identité présente un lien avec des lieux qui sont aussi des coeurs. Ce n'est pas alors le sentiment de la banale appropriation qui en rend compte, mais une relation d'essence affective, voire amoureuse. Les lieux du coeur ou lieux de l'identité renvoient souvent à l'origine et baignent dans ce que Levi-Strauss a décrit un jour comme "*la grandeur indéfinissable*

⁸ Colóquio realizado na Université Paris IV, em Paris, França, entre os dias 2 e 4 de outubro de 1995. Tendo os anais (1997) do evento o título original: *Territorie, Lien ou Frontère: Identités, Conflits Ethniques, Enjeux et Recompositions Territoriales*.

⁹ Nas sociedades ditas tradicionais ou, se preferir, não industriais, o território não é definido por um princípio de apropriação, mas sim por um princípio de identificação. O território não pode então ser percebido como uma entidade diferente da sociedade que o habita; o grupo local pertence à sua "terra" tanto quanto a terra pertence a ele. Já não são necessariamente os centros do território que contam, mas os símbolos que aí se inscrevem e os lugares que se enraízam. Este princípio de identificação explica a peculiaridade e intensidade da relação com a terra; a terra não pode ser compartilhada, vendida ou mesmo doada; ele é um ser e não um ativo. Perder o território é desaparecer. (Tradução livre).

des commencements". (BONNEMAISON, 1997, p. 35-36 – Grifos do autor)¹⁰

O vínculo com o território para Bonnemaïson também é um vínculo do coração/afetividade, não sendo uma simples apropriação à terra, mais uma ligação (um *lien*), emocional com o espaço que se encontram os símbolos e os lugares. Bonnemaïson (1997), interpretando o Geógrafo do Quebec traz uma perspectiva territorial poética:

[...] le territoire, c'est la "*résonance entre l'homme et le monde*", on pourrait dire aussi qu'il est la résonance de la terre en l'homme. Quelque chose donc de très animal si l'on veut, de primaire, mais aussi de très profond et par là même de superbement élevé, qui "*ouvre l'esprit au poétique, au sacré et à l'infini*". On retrouve là toute l'ambivalence du territoire, qui est à la fois terre et poème. (BONNEMAISON, 1997, p. 36 – Grifos do autor)¹¹

Sendo assim, em toda sua viagem pelo território, Bonnemaïson quer deixar explícito, que sua concepção é de que o território é além da fronteira (mas sem deixar de sê-la) o lugar de vínculo e de identidade.

Le territoire est d'abord un espace d'identité ou si l'on préfère d'identification. Il repose sur un sentiment et sur une vision. La forme spatiale importe peu, elle peut être très variable. Le territoire peut même être imaginaire ou rêvé, comme dans les diasporas. Il peut être un cheminement, une constellation de lieux réunis par des pistes d'errance, comme dans les territoires aborigènes [...]. Ce peut être un coeur tout autant qu'une frontière ou tout au moins un balancement continu entre le coeur et la frontière. Le territoire, c'est cette parcelle d'espace qui enracine dans une même identité et réunit ceux qui partagent le même sentiment. Dans ce sens, c'est bien un lien avant d'être une frontière.

Le territoire est d'abord un espace culturel d'identification, ou d'appartenance; l'appropriation ne vient qu'en deuxième instance. (BONNEMAISON, 1997, p. 36)¹²

¹⁰ O sentimento de identidade é incorporado em lugares e geossímbolos, isto é, formas espaciais vetores de identidade (Bonnemaïson, 1980). Há território em qualquer sociedade: toda identidade tem um vínculo com lugares que também são corações. Não é, então, o sentimento da apropriação banal que explica isso, mas uma relação de essência emocional, até de amor. Os lugares do coração ou lugares de identidade frequentemente retornam à origem e são banhados no que Lévi-Strauss descreveu como "*a grandeza indefinível dos primórdios*". (Tradução livre – Grifos do autor).

¹¹ [...] o território é a "*ressonância entre o homem e o mundo*", pode-se dizer também que é a ressonância da terra no homem. Algo tão animal se você quiser, primário, mas também muito profundo e, portanto, soberbamente alto, que "*abre a mente poética, sagrada e infinita*". Aqui encontramos toda a ambivalência do território, que é tanto a terra quanto o poema. (Tradução livre – Grifos do autor).

¹² O território é, antes de tudo, um local de identidade ou se preferir identificar. É baseado em um sentimento e uma visão. A forma espacial não importa, pode ser muito variável. O território pode até ser

Em suma, essa ideia de território reúne várias direções de pesquisa. Considero aqui o território da apropriação, da afetividade, dos símbolos, dos lugares e do coração, pois é este que diz respeito à Comunidade Quilombola Dona Juscelina no Norte do Tocantins.

O território na perspectiva da formação brasileira estudada por Antonio Carlos Robert de Moraes é colocado em grande dinamismo. Na realidade, o autor aponta que, a história brasileira é um “contínuo” processo de expansão territorial. (MORAES, 1988).

Para Moraes (2004), a sociedade e o espaço formam um território com especificidades. A relação dos dois, “humaniza” e “materializa” a sociabilização na paisagem (do território). Ou seja, as realizações da sociedade (construções e destruições – não somente as físicas) caracterizam o território.

[...] a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um território. Este envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializado as formas de sociabilidade reinante uma paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar, o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações sociais aí desenvolvidas, obras humanas que subvertem as características naturais originais. Construções e destruições realizadas passam a fazer parte deste espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. (MORAES, 2004, p. 44-45)

A constituição territorial se dá por um processo cumulativo de ações do grupo que o ocupa, a cada momento. Como resultado, o território está em um contínuo movimento. Esse movimento se dá com o grupo, pois ele, o território não existe sem sua presença. Para Moraes é a apropriação do espaço que gera o território que, sem isso, não existiria.

imaginário ou onírico, como nas diásporas. Pode ser um caminho, uma constelação de lugares reunidos por trilhas errantes, como nos territórios indígenas [...]. Pode ser um coração tanto quanto uma fronteira ou pelo menos uma oscilação constante entre o coração e a fronteira. O território é esse pedaço de espaço que tem raízes na mesma identidade e reúne aqueles que compartilham o mesmo sentimento. Nesse sentido, é um vínculo antes de ser uma fronteira. O território é, antes de tudo, um espaço cultural de identificação ou pertencimento; a propriedade vem apenas em segunda instância. (Tradução livre).

[...] o próprio conceito de território [...] recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território. Logo, esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido – inexistindo enquanto realidade apenas natural. (MORAES, 2004, p. 45).

Moraes ao final de seu texto, chega à questão de que formação social é também uma formação territorial, pois desenvolvimento histórico se faz com e sobre o espaço e necessariamente se espacializa, gerando relações de poder e afetividade, que por conseguinte, caracterizam o território. (MORAES, 2004).

Alex Ratts (1996), desde a década de 1990 estudou as *Fronteiras invisíveis dos territórios negros e indígenas no Ceará*, o autor trabalha o território de forma adaptada da geografia política, pois, parafraseando Raffestin (1993), existe uma crítica a essa geografia política que se tornou uma geografia de Estado, propondo uma geografia dos poderes, e esses poderes estão além do Estado, como o das línguas, religiões e etnias.

Para Ratts (1996), o processo de territorialização é um dos assuntos importantes na abordagem do “aparecimento/descoberta” de grupos étnicos, “uma constituição (política) de territórios étnicos”. (p. 16).

O autor trabalha a identidade étnica “enquanto processual e irreduzível” (RATTS, 2020b, p. 7). Segundo ele, o que cria as discussões etnicorraciais em relação as territoriais são os grupos que foram colonizados, por meio de discursos decoloniais (ou afins), inclusive com suas próprias produções teóricas. Ratts (2003 p. 37) assegura que: “esse aparente jogo semântico, em que pesam acepções valorativas dos termos, nos indica que a diferença identifica grupos que por sua vez, como dissemos, qualificam lugares”.

Ratts (2003) vê o espaço dos grupos étnicos como um território visto/vivido, onde ocorrem as relações sociais, e com a mobilidade, este autor passa a defini-lo com um “repertório de lugares” (p. 45). Esses repertórios são locais de carga simbólica para os agrupamentos, existentes ou não mais, onde estavam seus antepassados, território ancestral perdido ou locais de migração.

Ratts (2001), os define como “[...] lugares que são acessados através de viagens, notícias, lembranças, saudades” (p. 26).

A partir dessa visão entendo o território como sendo uma trama de relações, políticas, mas também simbólicas. O território pode e deve ser visto em ambas perspectivas, a relação do território como espaço social, e também como espaço vivido sendo essencial para a formulação das territorialidades de um grupo.

Considero o território, levando em conta as contribuições dos autores supracitados, um local onde se pode colocar das mais diversas formas as afetividades humanas, sejam elas exteriorizadas ou interiorizadas, das relações com o espaço. Essas relações se dão com o tempo e com os lugares, e as formas podem ser representadas tanto num viés de dominação, como de apropriação do território.

Para tanto, território é, nada mais que, um local onde se pode haver relações de poder, sejam elas poderes de apropriação e dominação. Considero ainda que o poder de apropriação simbólica do território esteja à frente do de dominação, uma vez que é nesse território simbólico e vivido que irá ocorrer uma formação identitária do grupo.

Maria Salomé Maracajá que estudou a *construção da territorialidade étnica da Comunidade Quilombola Grilo na Paraíba*, nos mostra que o território é revelador de memórias e se lança num passado não muito distante, momentos de alegrias e tristezas, narrativas que misturam realidades com “misticidades” relatos de resistências (MARACAJÁ, 2013, p. 135).

Por conta de o território simbólico estar ligado às vivências e às noções de lugar, penso essa categoria como um espaço apropriado que contém vários significados, cargas simbólicas, ao qual se associam imagens, muitas vezes que se conflitam. Ele é um espaço vivido, pelos que lá moram, trabalham ou estudam quotidianamente (SOUZA, 2015).

Em lugar, diferentemente do território, não é a dimensão de poder que está em primeiro plano, mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, “[...] as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado [...]” (SOUZA, 2015, p. 115). Ou seja, o lugar está intrinsecamente imbricado com as questões culturais, relacionadas com seu espaço vivido, o ambiente que o fez como ser, sua comunidade, sua etnia e suas relações culturais.

Tomar a interpretação do lugar como um “espaço dotado de significado”, como um “espaço vivido”, isso porque, os lugares merecem ser apreendidos como “imagens espaciais em si mesmas” (SOUZA, 2015). Se território ocupa o simbólico – apropriação – e o poder – dominação – lugar aqui, ocupa uma posição de afetividade com esse território, seja ele o lugar em que se vive, o que se viveu ou o que se deseja.

Para Haesbaert (2014), uma das características mais importantes do lugar são a especificidade ou a qualidade de ser único do lugar, citando a geógrafa Doreen Massey (1994), “cada lugar é o foco de uma *mescla*, distinta de relações sociais ao mesmo tempo, mais amplas e mais locais” (p. 156, grifos da autora).

Na comunidade Quilombola Dona Juscelina, a questão do território é colocada desde as primeiras conversas em torno do início da associação quilombola. Pelos relatos, de início a grande preocupação da comunidade era em relação ao seu território ancestral, o qual o e historiador Manoel Borges Filho, importante líder quilombola em Muricilândia, ele denomina de território físico:

A princípio a ideia que nós tínhamos de território, era o de território físico, espaço geográfico, que nós havíamos perdido, nós fomos encurralados, empurrados definitivamente pra cá sem poder sair, tanto que apenas três famílias ainda permanecem nos seus territórios, no seu território físico né. (Manoel Borges Filho, entrevista cedida em dezembro de 2020)

Quando o questiono se essas três famílias que ainda se encontram nos territórios ancestrais o adquiriram por meio de compra ele enfatiza que não, e dá mais detalhes de como ocorreu o processo de expulsão do território:

O que eles conseguiram lá no passado, três famílias ainda têm esses mesmos territórios, lá no início, os outros todos alguns foram enxotados, outros venderam pelo preço que o fazendeiro quis pagar, por pressão. (Manoel Borges Filho, entrevista cedida em dezembro de 2020)

O território ancestral é aquele o grupo realizava suas atividades rurais e também alguns residiam nele. Esse território ancestral é identificado nas falas:

Do outro lado do rio tinha uma vila do povo daqui, ali na Nova Muricilândia tinha uma vila do povo daqui, no pé da serra, também era um local onde se reuniam muitos daqui o pessoal gostava de roda de dança, lá no João da Mata, tinha época que era festejo pra lá. (Manoel Borges Filho, entrevista cedida em dezembro de 2020)

Desde a certificação da comunidade se espera a regularização fundiária. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação foi entregue com bastante atraso, e os órgãos responsáveis também não estão cumprindo com os prazos do transcorrer da regularização, o que deixa a comunidade sem respostas e sem o seu território. Oliveira (2018) que estudou as *Territorialidades nos Limites do Rural e Urbano em Muricilândia* entende que [...] certificar a comunidade e não emitir o título da terra é uma nova abolição, ou seja, uma falsa garantia de direitos e liberdade em si para exercê-los. (p. 154)

A necessidade do território é uma condição *sine qua non* para a continuação do modo de vida, uma vez que a comunidade tem uma cultura de trabalho rural:

Nós vivemos esse momento, de uma comunidade rural, que não se reconhecia, apesar de ser negra, porque não tinha toda essa orientação. Você se define, se reconhece, se legitima através de uma entidade, e daí você passa a ser denominada de comunidade remanescente de quilombo, mas já era uma comunidade remanescente de quilombo, e rural. Rural porque aqui era município de Araguaína [a partir de janeiro de 1959, até 1958 era município de Filadélfia] no começo não era povoado era um vilarejo, uma vila, depois quando emancipa é que vai se tornar Muricilândia. Então eles vão desenvolver as suas práticas culturais, a ancestralidade sem romper esse vínculo para que não perca a natureza da comunidade, e assim... a cultura, é uma cultura de uma comunidade quilombola ela tem não que simplesmente viver ela no presente, mas tem que ter a preocupação de fazer com que ela perpasse outros tempos e a comunidade tenha condições de se fortalecer e crescer cada vez mais. (Manoel Borges Filho, entrevista cedida em dezembro de 2020)

O apego da comunidade com o território ancestral é tanta que, assim que a associação foi formada, a comunidade recorreu o seu território junto à regularização fundiária:

A gente trabalhava isso com muita seriedade, reaver o território, a primeira coisa que foi feita para você ver o tanto que isso foi forte, após a criação da associação, que foi fundada em 2010, no mesmo ano fomos para Palmas [capital do estado do Tocantins] protocolar o documento pedindo abertura do processo de regularização fundiária do território para a comunidade quilombola, pra você ver como o entendimento nosso de território era o espaço físico. (Manoel Borges Filho, entrevista cedida em dezembro de 2020)

Essa relação mais próxima de reaver o território ancestral passa com o tempo a uma relação mais forte com o território simbólico. A comunidade passa então a compreender que suas práticas e vivências, que os lugares que foram percorridos, os “repertório de lugares” (RATTS, 2003, p. 45) também são territórios, porém num outro viés, o simbólico.

Só que ao longo do tempo, a comunidade vai percebendo que muitas praticas que ela desenvolvia também caracterizava o território, o território simbólico, o território abstrato, mais que também caracterizava a comunidade sendo daquela natureza [aquele espaço]. Ai que nós começamos a discutir o território nessas duas perspectivas, o território que nós almejamos que é o físico, mas nós temos o nosso território simbólico, a nossa festa, que aí nós também podemos incluir as nossas territorialidades, e isso vai se ampliando na comunidade esse entendimento. (Manoel Borges Filho, entrevista cedida em dezembro de 2020)

É nessa perspectiva que a comunidade compreende o seu território, como coloco acima, a partir de dois sentidos, que podem ser o de dominação, que para a comunidade é o de território ocupado, e o de apropriação simbólica. Juntos esses sentidos de território deixam o grupo mais forte e gera a ligação com o território ancestral. No próximo item, tratarei dos sentidos de quilombo e quilombola, segundo alguns autores e pela comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Os sentidos de quilombo

As noções de quilombo nas disciplinas ditas humanas vêm sendo, nas últimas décadas, construídas por diversos autores(as) que deram uma grande contribuição para a ciência no que tange às pesquisas sobre este tema. Ratts (2000) traz uma explanação de como esses sentidos de quilombo foram se expandindo pelo país.

Inicialmente, o autor coloca uma definição que concerne ao senso comum: “Quilombo ou mocambo, no senso comum, é entendido como ‘reduto de negros escravos fugitivos’” (RATTS, 2000, p. 1). Essa ideia se propalou desde o período escravista.

A formação territorial dos quilombos se deu durante e depois do período escravista, que eram perseguidos sendo em grande ou em pequenos números, os grupos que mantiveram estabilidade ou estavam em áreas relativamente isoladas, ou sociabilizaram com a comunidade local, e as duas podem ter ocorrido concomitantemente (RATTS, 2000).

Durante as décadas de 1970 e 1980 é que se começa a repensar esse conceito de quilombo, diante de vários fatores. O vislumbre do fim da era ditatorial, uma luz da nova democracia, e também uma forte mobilização do movimento negro nacional. Ratts (2000, p. 5) explana a situação:

Entre os anos 70 e 80, o conceito de quilombo é recolocado no contexto da “abertura política”, de revisões da história nacional e regional, de “descoberta” das comunidades negras rurais e de constituição do movimento negro contemporâneo. Enquanto intelectuais envolvidos com o “estudo da cultura negra” e a construção de uma identidade negra, autores como Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Joel Rufino dos Santos, apresentam uma noção de quilombo que é correlata das formulações empreendidas no âmbito do movimento negro e tentam aplicá-la aos seus estudos e reflexões.

Quilombo vem de um desejo do homem e da mulher negra de fugir do processo escravista, um esforço para resgatar sua dignidade e sua liberdade. Quilombo é uma sociedade livre, onde negros e negras se (re)conectam com suas

identidades e sua liberdade, física e psíquica. Abdias Nascimento traz uma concepção que pode acompanhar o raciocínio:

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico (NASCIMENTO, 1980, p. 263).

A historiadora Beatriz Nascimento (1976) traz uma afirmação que está à par com a perspectiva colocada acima:

O quilombola típico, se assim pode dizer, não fugia apenas dos maus tratos e da escravidão. Um homem em condições físicas e psíquicas normais, embora vivendo sob um sistema de instituição vigorosamente opressora, poderia voluntariamente imaginar para si instituições mais de acordo com as suas potencialidades e aptidões, o que era impossível de realizar dentro da ordem social escravocrata. O quilombo não foi reduto de **negros fugidos**: foi a sociedade alternativa que o negro criou. (p. 131 – grifos do original)

No que concerne à legislação brasileira, durante quase um século (da abolição da escravatura até a constituição de 1988), foi utilizado o conceito elaborado ainda em 1740 pelo conselho Ultramarino, órgão colonial responsável pelo controle central patrimonial, o qual considerava quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (RATTS, 2000, p. 4). Esta designação preservou-se como definição clássica por vários anos, na temática quilombola até meados da década de 1970. (PEREIRA NETO, 2018)

Na constituinte de 1988, no artigo 68º das disposições constitucionais transitórias, é colocado o direito “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988).

A definição jurídico-política de quilombo foi alterada e ampliada pelo decreto 4887/2003, o qual considera no artigo 2º, remanescentes de quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, carregados de relações territoriais específicas, com presunção de

ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003)

Mesmo com todas as alterações e ampliações com o decreto 4887/2003, inúmeras comunidades reconhecidas não tiveram seus territórios demarcados. Reitero que mesmo que de modo mínimo, os grupos quilombolas tem conseguido suas conquistas. “[...] depois de um silêncio centenário, abre um espaço mínimo para as comunidades negras rurais sob uma denominação questionável.” (RATTS, 2000 p. 10)

A definição antropológica de quilombo vai ao encontro a noção da legislação brasileira. A Associação Brasileira de Antropologia, desde a década de 1990, estava empenhada e opinava sobre a questão tendo atenção no processo de (re)semantização do termo quilombo – mesmo que considerado de forma atrasada por parte da academia – uma vez que o movimento negro esteve empenhado desde a década de 1970. (RATTS, 2000)

Os trabalhos supracitados, como o de Ratts, Nascimento e outros, têm se acrescido a compressão da pluralidade de formação territorial de grupos negros rurais e urbanos à frente de uma noção de quilombo apenas como um reduto de escravizados fugidos.

Na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, a questão sobre quilombo é colocada de forma ímpar, sem ambiguidades, o termo é trazido pelos quilombolas como uma comunidade que se organiza:

Pra mim quilombo ele é uma comunidade, não necessariamente só uma comunidade, eu acho que os membros dessa comunidade têm que se aceitarem como remanescentes de escravos, que fugiram, que resistiram e conseguiram se organizar, como uma forma de enfrentamento, se organizar e a partir daí sobreviver, pra mim o quilombo é isso. (Manoel Borges Filho, entrevista cedida em dezembro de 2020)

A festa do 13 de maio é uma das formas que a comunidade quilombola Dona Juscelina carrega como característica cultural e identitária no seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo. A festa, recebida por Dona Juscelina

pelo seu tio Preto Claro do Saco ainda na década de 1950 no estado do Maranhão, sobrevive e resiste em memória e em representatividade todos os anos.

Dona Juscelina relata como foi passada a festa por seu tio:

Recebi essa comunidade em 50 [1950], era meu tio que era dono dela e ele festejava. Então ele adoeceu e reconheceu que não ia mais viver, mandou me chamar pra me entregar, ele me entregou e eu firmei a ele, garanti que em quanto vida eu tivesse ia festejar. (Dona Juscelina, Documentário – 45^o Festejo da Abolição do Quilombo Dona Juscelina, 2018)

Dona Juscelina organiza a festa em Muricilândia desde 1968, e cada vez mais ela vem crescendo. Nos últimos anos, juntamente com a festa ocorre o seminário de cultura afro-brasileira, que conta com professores de universidades e apresentações de pesquisa sobre a comunidade por quilombolas e não-quilombolas.

A festa traz além da representação da libertação a realidade do negro nos séculos até então, Dona Juscelina rememora a história de seus avós que foram escravizados:

Eu sou neta duma cativa... eu sou neta. E esse que me entregou é meu tio filho dela mais velho. E o certo que naquele tempo eles sofreram muito, aquilo a gente via negro, que ele me contou, eu mesmo não vi, mas ele contou que viu tanto deles açoitado, retalhado numa mesa... (Dona Juscelina, Documentário – 45^o Festejo da Abolição do Quilombo Dona Juscelina, 2018)

Para Dona Juscelina, a comemoração iniciada com seu tio era justamente algo grande para representar esse novo tempo, e a festa faz isso, a resistência e persistência da matriarca fortalece a identidade quilombola, uma das práticas culturais da comunidade.

Na conversa que ocorreu em espaço aberto do balneário público de Muricilândia, as margens do rio Muricizal, Manoel Filho Borges esclarece que aquele lugar foi o cerne da existência da localidade, e que também com a forma de trabalho que os pioneiros realizavam a comunidade se denomina de quilombo rural a partir das práticas culturais estarem ligadas à terra, ao plantio e a vida no campo:

Ele (o quilombo) pode ser rural ou pode não ser rural, no caso nosso aqui a nossa origem ela é rural, quando os primeiros grupos vieram pra cá eles se estabeleceram justamente no lugar onde nós estamos e daqui eles saiam um ou dois quilômetros ou aqui mesmo e colocavam as roças, e viam pernoitar em casa, era o local de trabalho deles. (, entrevista cedida em dezembro de 2020)

Manoel Borges Filho coloca o “ser” quilombola como um ato de responsabilidade com a manutenção identitária do grupo:

A partir do momento que o quilombo se reconhece como remanescentes, aí aumenta mais a responsabilidade. Porque aí a questão... tem a ancestralidade, mas tem a continuidade porque tem os jovens, tem as crianças, esse pessoal precisa se situar no espaço e absorver as influências que própria comunidade possa lhe proporcionar. (Manoel Borges Filho, entrevista cedida em dezembro de 2020)

É colocada a questão do estudo, em especial o acadêmico. Segundo os quilombolas os jovens da comunidade só conseguiram chegar à Universidade porque se têm uma comunidade reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, como uma forma de política pública, a UFT, universidade pública mais próxima fica a aproximadamente sessenta quilômetros, em Araguaína, ela tem uma política de cotas para ingresso dos quilombolas, porém não se pode dizer que a mesma garante a permanência. Para as quilombolas tocantinenses Amária Sousa, Débora Lima e Maria Aparecida Sousa (2020) a luta se dá em vários espaços da universidade, e ela começa até mesmo antes de ingressar, no processo seletivo.

Na maioria dos quilombos, jovens enfrentam uma série de adversidades para ingressar na universidade, e muitos acabam desistindo logo no processo de inscrição para o vestibular, impossibilitados pela burocracia, pelos prazos curtos que os impedem de reunir e autenticar toda a documentação necessária. Outro obstáculo é a dificuldade de acesso aos locais dos processos seletivos, realizados fora das comunidades. (SOUSA; LIMA; SOUSA, 2020, p. 92)

Pereira Neto (2018) pesquisou as *trajetórias dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Tocantins* faz uma afirmação que corrobora as pesquisadoras supracitadas, em relação às trajetórias destes interlocutores na universidade:

Os caminhos desses estudantes, podem parecer, às vezes, curtos, às vezes, eles podem parecer fáceis, mas não é somente uma barreira

espacial, existe uma barreira social a ser quebrada, escala das mais diversas formas para que se possa ingressar numa universidade pública, por esse motivo, essas trajetórias socioespaciais retratam uma batalha que deve ser ganhada todos os dias. (p. 40)

Outras políticas públicas que se utiliza é o atendimento em saúde diferenciada, que não ocorre no município de Muricilândia, pois este não dispõe de um sistema de saúde que possa amparar um atendimento diferenciado. Porém, em Araguaína, que fica a aproximadamente sessenta quilômetros de Muricilândia, é possível esse acesso à saúde de forma mais completa, além de outras conquistas como relata Manoel Filho Borges:

Outra coisa, são as tarifas sociais de baixa renda, a energia baixa bastante o valor, são muitas conquistas, sem falar nas cestas alimentares que a gente recebe periodicamente. (Manoel Borges Filho, entrevista cedida em dezembro de 2020)

Essas conquistas são resultadas de vários anos de lutas, mesmo que ainda de forma árdua, que não completa as escassezes da comunidade, mas vêm cooperar e suprir algumas dificuldades dos quilombolas de Muricilândia. Então, para a comunidade, essas conquistas também compõem o sentido de quilombo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que as representações da transcrição falada e escrita, de imprimir as palavras e sentimentos dos quilombolas tenha deixado passar algo, busquei ao máximo explicitar o que me foi dito, utilizei de fragmentos de falas para compor as trajetórias socioespaciais, essas trajetórias não são lineares e conseqüentemente suas falas também não. Deste modo, selecionei as falas que mais fossem representativas para os objetivos da pesquisa.

Nesta pesquisa, caracterizada como das ciências humanas, de cunho qualitativo, não se tem e não se pode ter um fim, não há um esgotamento da pesquisa. Também não posso negar, que nesta pesquisa fui imparcial, alguns tiveram um espaço maior em suas falas, como também minha escuta se mostrou mais atenta em certos assuntos.

Os caminhos da formação territorial e identitária da comunidade e de Muricilândia é fundada em dois momentos distintos no espaço e no tempo, a mobilidade na caminhada dos romeiros do Padre Cícero rumo às Bandeiras Verdes, e o outro a chegada de Dona Juscelina em Muricilândia com toda a sua carga cultural e geossimbólica, o qual ela carregara desde o Maranhão.

As Bandeiras Verdes foram tratadas nesta pesquisa como uma narrativa espacial. Elas não têm uma localização, tem-se somente uma narrativa que diz a direção delas. Uma mobilidade impulsionada por esse movimento e ainda impulsionada pela fé de uma visão em Padre Cícero é um precedente sem muitas ocorrências na história das migrações. Essas buscas pelas Bandeiras Verdes também se deram em busca de um local para viver e manter o modo de vivência ligada ao campo. Essa mobilidade foi responsável pelo processo de formação territorial de toda a área que adentrava a mata do Araguaia.

A trajetória de Dona Juscelina, desde sua saída de sua cidade natal, Nova Iorque no estado do Maranhão para a cidade vizinha Pastos Bons e posteriormente para o estado de Goiás – região que atualmente é o estado do Tocantins – e sua

chegada em Muricilândia. Dona Juscelina tem em suas trajetórias essa marca cultural entregue pelo seu Tio, que é a Festa do 13 de maio. A chegada dela em Muricilândia na década de 1962 é um marco de ruptura com todos os padrões da época, ela traz essa cultura da festa do 13 de maio, a qual ela e a comunidade concebem como cultura negra.

Os sentidos de território e de quilombo foram buscados a partir de alguns autores e autoras e também as noções da própria comunidade para o referido tema. O território quilombola pode ser visto como uma qualificação destas noções, uma vez que sejam primeiramente analisadas a partir do viés da comunidade e somente depois colocada em comparação com as reflexões teóricas.

Foi possível identificar lugares a partir dos repertórios narrados, lidos e assistidos, os quais foram apropriados, vividos, lembrados e sentidos pelo grupo. Esse repertório de lugares, citando Ratts (2001), se relacionam num “território étnico” e forma um conjunto que se diferencia dos demais territórios.

Assim, os lugares como o Morro do Santo Cruzeiro, a cidade de Filadélfia, Araguaína, as cidades de Nova Iorque e Pastos Bons no Maranhão, Cristalândia no ainda estado de Goiás, Juazeiro do Norte, rememorando ao Padre Cícero no Ceará e o cerne de Muricilândia às margens do rio Muricizal compõem esse repertório de lugares no *Território e na Trajetória Socioespacial da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - Tocantins*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Luitgarde O. Cavalcanti. **A terra da Mãe de Deus: um estudo do movimento religioso de Juazeiro do Norte**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, vol. II, 2002. p. 279-304.
- BONNEMAISON, Joël. Le territoire, nouveau paradigme de la géographie humaine? In: Bonnemaïson Joël (ed.), Cambrézy Luc (ed.), Bourgeois Laurence (ed.). **Territoire, Lien ou Frontière : Identités, Conflits Ethniques, Enjeux et Recompositions Territoriales**, Paris (FRA), 1997.
- BONNEMAISON, Joël; CAMBRÉZY, Luc. Le territoire, entre Lien et Frontière (Texte introductif). In : Bonnemaïson Joël (ed.), Cambrézy Luc (ed.), Bourgeois Laurence (ed.). **Territoire, Lien ou Frontière : Identités, Conflits Ethniques, Enjeux et Recompositions Territoriales**, Paris (FRA), 1997.
- BONNEMAISON, Joël ; CAMBREZY, Luc. Le lien territorial : entre frontieres et identités. **Géographies et Cultures** (Le Territoire), n° 20. Paris : L'Harmattan. 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, Colher, Comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro. Graal. 1981.
- BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 427 p.
- BRITO, Eliseu Pereira de. **Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- CARVALHO, José Rodrigues de. **Território da religiosidade: fé, mobilidade e símbolos na construção do espaço sagrado da Romaria do Senhor do Bonfim em Araguacema, Tocantins**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2014. 159 f.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória de Milton Santos**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: UFG. 2010.

COSTA, Miriam Mendes. **A relações de poder no processo de territorialização dos religiosos da Congregação Pequena Obra da Divina Providência no Norte Goiano (1950 – 1970)**. Dissertação de Mestrado. Araguaína - TO. Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território, 2017.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. [L’homme et la terre: nature de la réalité géographique – 1952]. São Paulo: Perspectiva, 2015. Tradução: Werther Holzer.

FURTADO, George da Cunha. **Trajetórias socioespaciais de estudantes quilombolas de Cedro e Buracão: Desafios e Perspectivas Educacionais em Quilombos no Sudoeste Goiano**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2011. 176 f.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: metodologia e pré-história da África**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 8. p. 167-212.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Programa Cidades@**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. II – Grande Região Centro-Oeste. 1958a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. XV – Maranhão. 1958b.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. XXXVI – Goiás. 1958c.

JESUS, Valdirene Gomes dos Santos de. *et. all*. Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na comunidade quilombola Lagoa da Pedra, Arraias-TO. **Interface**, Número 04, maio de 2012. 53-63.

LIMA, Fernando Henrique de. **Um método de transcrições e análise de vídeos: a evolução de uma estratégia**. Encontro Mineiro de Educação Matemática. Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei-MG. 09 a 12 de outubro de 2015.

MACHADO, Carlos Eduardo. Revisitando os altares domésticos: os usos dos espaços domésticos como parte da experiência religiosa. **Primeiros Estudos**. São Paulo, n2. 2012. p. 144-165.

- MARACAJÁ, Maria Salomé Lopes. **Território e memória**: a construção da territorialidade étnica da Comunidade Quilombola Grilo, Paraíba. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2^o ed. São Paulo: Contexto, 2019 [1997].
- MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1994.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1 ed. 2004.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Annablume, 1 ed. 1988.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. Revista Manchete. N°. 1270. Rio de Janeiro, 21/08/1976, p. 130-131. Entrevista a Eloí Calage.
- NUNES, Juliana César. **Comunicação Quilombola**: cenários de mobilização, visibilidade e empoderamento. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília. 2013. 138 f.
- OLIVEIRA, Izarete da Silva de **Território e territorialidade nos limites do rural e urbano, na comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - TO**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018. 183 f.
- OLIVEIRA, Paulo Wendell Alves de. **Ser-tão Romeiro**: a memória hierofânica do catolicismo popular sertanejo e sua espacialização em Juazeiro do Norte - CE. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. 206 f.
- PEREIRA NETO, Marcos. **Novos Lugares e Olhares**: as trajetórias socioespaciais dos/das estudantes quilombolas da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína nos anos de 2016 e 2017. Curso de Geografia. Araguaína, TO 2018. UFT. 59 f.
- RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, Francisco Regis Lopes. **Caldeirão**. Fortaleza, EDUECE, 1991.
- RATTS, Alex. Uma geo-grafia de estudos e pesquisas com as diferenças étnicas, raciais e territoriais. In: FREIRE, Adriana Feitosa. **Cultura e território em foco**:

uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Editora Fi, 2020a. Cap. 15. p. 222-237.

RATTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 104, p. 1-22, Dez. 2020b.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. A Geografia entre Aldeias e Quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alex (org.). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29-48.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. **O mundo é grande e a nação também**: identidade e mobilidade em territórios negros. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. 190 f.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. **Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo, USP, 1996. 210 f.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. in MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Qual o espaço do lugar?: Geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 17-32.

ROSENDAHL, Zeny. Lugares sagrados e sacralizados: as múltiplas faces do simbolismo. In: ROSENDAHL, Zeny. **Uma procissão na Geografia**. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2018 p. 209-222

RUSSO, Silveli Maria de Toledo. Artefatos da Fé. **Projeto História**. Patrimônio e Cultura Material. n 40, junho de 2010. p. 393-422.

SADER, Maria Regina Cunha de Toledo. **Espaço e Luta no Pico do Papagaio**. 248 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

SANTANA, Tânia Maria Pinto de. **Os negros cristãos católicos e os cultos aos santos na Bahia colonial**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001, 174 f.

SANTOS, Katiane da Silva. **Do Passado ao Presente**: a festa 13 de maio da comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia - TO. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018. 210 f.

SANTOS, Mariza Fernandes dos. **Movimento Negro e Relações Raciais no Espaço Acadêmico**: Trajetórias Socioespaciais de Estudantes Negros e Negras na UFG. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016. 156 f.

SANTOS, Mariza Fernandes dos; RATTI, Alex. Trajetórias negras discentes no espaço acadêmico: o quadro da Universidade Federal de Goiás diante das ações afirmativas. **Educere et Educare**. n 20. Cascavel. 2015. p. 641-652

SAUTER, Gilles. Le paysage comme connivence. **Hérodote**, 1979, n. 16, p. 40-67.

SEEMANN, Jörn. Tradições Humanistas na Cartografia e a Poética dos Mapas. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Org.). **Qual o espaço do lugar?:** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 69-92.

SERPA, Angelo. **Por uma Geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SOUSA, Amária; LIMA, Débora; SOUSA, Maria Aparecida. Da comunidade à universidade: trajetórias de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. In: DEALDINA, Selma dos Santos [org.]. **Mulheres Quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo : Sueli Carneiro : Jandaíra, 2020. p. 87-96.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TEIXEIRA, José Paulo. **Paisagens e territórios religiosos afro-brasileiros no espaço urbano**: terreiros de candomblé em Goiânia. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. 151 f.

TONINI, Padre Quinto. **Dom Orione**: Entre Diamantes e Cristais. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1959.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **À Procura das Bandeiras Verdes**: Viagem, Missão e Romaria - Movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. 623 f.

VIEIRA, Maria Antonieta de Costa. Território em movimento – comunidades camponesas da Amazônia oriental (Missão de Maria da Praia e Romaria do Padre Cícero). **Revista da Pós Ciências Sociais**, São Luis - Ma, v. 9, n. 18, p.63-77, dez. 2012.

ANEXOS

ANEXO 1

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS / ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

• QUESTÕES NORTEADORAS:

- Como foi a chegada à região
- Quais os lugares essas pessoas passaram (trajetórias)
- Os movimentos distintos no espaço e no tempo
- Os territórios como repertórios de lugares

• ROTEIRO DE ENTREVISTAS:

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Data: ____/____/____ Local de nascimento: _____
 Nome: _____
 Idade: _____
 Endereço: _____

1. Local de origem do interlocutor
2. Idade quando se mudou para a região
3. Lugares por onde passou e quem a/o acompanhou (trajetórias)
5. O que é quilombo na sua perspectiva e na perspectiva da comunidade
6. O que é território quilombola na sua perspectiva e na perspectiva da comunidade
7. Para você o que é ser quilombola

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação/PRPI-UFG

Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, Sala 110 – Agência UFG de Inovação
 CEP-74001-970 - Goiânia-GO - Fones: 0 XX62 3521-1215/3521-2045
 Homepage: <http://cep.prpq.ufg.br> e-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com

APÊNDICE

APÊNDICE 1

APROVAÇÃO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CAMINHOS E SABERES: TERRITÓRIO E TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA - TOCANTINS

Pesquisador: Marcos Neto

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 30029820.0.0000.5083

Instituição Proponente: INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.950.098

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: CAMINHOS E SABERES: TERRITÓRIO E TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA EM MURICILÂNDIA - TOCANTINS. Pesquisador Responsável: Marcos Neto. N. CAAE: 30029820.0.0000.5083. Instituição Proponente: INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS.

O protocolo se refere a uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação do Prof. Alex Ratts.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante da documentação anexada ao protocolo, considero que não há impedimentos éticos para a realização da pesquisa proposta.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para abril de 2021.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1505898.pdf	29/03/2020 12:46:32		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado_humanidades18.pdf	29/03/2020 12:46:14	Marcos Neto	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	16/03/2020 19:52:46	Marcos Neto	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA.pdf	10/03/2020 17:53:54	Marcos Neto	Aceito
Outros	Termo_Compromisso.pdf	10/03/2020 17:53:22	Marcos Neto	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA_DE_DADOS.pdf	10/03/2020 17:52:46	Marcos Neto	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA.pdf	10/03/2020 17:47:05	Marcos Neto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 02 de Abril de 2020

Assinado por:
João Batista de Souza
 (Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com

APÊNDICE 2

TCLE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “**Trajatórias e territórios da comunidade quilombola dona Juscelina em Muricilândia – Tocantins**”. Meu nome é **Marcos Antonio Pereira Neto**, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é a geografia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail **neto_marcos@discente.ufg.br** e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (63) 9 9207-6337, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás**, pelo telefone (62) 3521-1215. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes. O processo de ocupação da região da comunidade se deu por um viés de fé,romeiros que buscavam uma “terra prometida” por Padre Cícero, as Bandeiras Verdes, miticamente sem localização exata, mas com um rumo, rumo ao sol poente e próximo aos grandes rios, as bandeiras verdes são locais onde as matas nunca secam e a água nunca acaba, um lugar inexplorado, ideal para a construção da nova vida destinada por Deus e guiada por Padre Cícero. O trabalho tem como objetivo geral compreender os territórios e as trajetórias no processo de formação da comunidade quilombola Dona Juscelina e da cidade de Muricilândia cartografando suas espacialidades. Os resultados da referida pesquisa serão tornados públicos sejam eles favoráveis ou não. Os resultados estão disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás após a conclusão da pesquisa e da defesa pública da dissertação. Os dados poderão ser publicados em revistas científicas e/ou eventos acadêmicos e em livros e/ou capítulos de livros.

Você será entrevistado e para isso deverá reservar um período de, pelo menos 30 minutos, para que possamos conversar. Será feita uma coleta de depoimentos com antigos moradores e quilombolas, registros com fotografias do local. Como as perguntas serão sobre suas trajetórias, podem acontecer desconfortos emocionais ou constrangimentos e você poderá não responder a qualquer pergunta que lhe trouxer alguma angústia. Você tem direito a ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, e a pleitear indenização em caso de danos.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado está garantia o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. Contudo, haverá a divulgação do seu nome quando for de interesse se não houver objeção:



Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo
Rua: Jacarandá, Qd. D, Campus Samambaia. IESA, Sala A-07, CEP 74.690-900 Goiânia-GO, Brasil.
Fone: (62) 3521-1184 ramal 202/203/204 - <http://posgeo.iesa.ufg.br/>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



- Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
 Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

Em relação aos registros fotográficos e utilização das fotografias na publicação dos resultados:

- Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
 Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Em relação aos registros de áudio durante a entrevista:

- Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
 Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado ao entrevistado o direito de ler e aprovar as transcrições:

- Autorizo o uso de minha voz em publicações.
 Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Em relação a divulgação da opinião do entrevistado nos resultados da pesquisa:

- Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
 Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Todos os dados coletados ficarão sob a guarda do pesquisador responsável por pelo menos cinco anos, e toda nova pesquisa a ser feita com esses dados será pedido autorização novamente aos participantes, e também submetida à aprovação do CEP institucional e, quando for o caso, à CONEP.

- Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras e, portanto, autorizo a guarda do material em banco de dados;
 Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras, mas não autorizo a guarda do material em banco de dados.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Trajetórias e territórios da comunidade quilombola dona Juscelina em Muricilândia – Tocantins”. Informo ter mais de 18 anos de



Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo
Rua: Jacarandá, Qd. D, Campus Samambaia. IESA, Sala A-07, CEP 74.690-900 Goiânia-GO), Brasil.
Fone: (62) 3521-1184 ramal 202/203/204 - <http://posgeo.iesa.ufg.br/>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



idade e destaque que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido pelo pesquisador responsável Marcos Antonio Pereira Neto sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, _____ de _____ de _____

Assinatura por extenso do(a) participante

Marcos Antonio Pereira Neto
Pesquisador responsável